



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Diário da Sessão**

**V Legislatura**

**Número: 70**

**IV Sessão Legislativa**

**Horta, Segunda-feira, 13 de Novembro de 1995**

**Presidente:** *Deputado Humberto Melo*

**Secretários:** *Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo*

### **Sumário**

*(Os trabalhos tiveram início pelas 15.15 horas)*

No **Período da Ordem do Dia**, teve lugar a continuação da discussão do Programa do VI Governo Regional dos Açores, em que intervieram os seguintes Srs. Deputados: Fernando Meneses (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Jorge Cabral (*PSD*) e Manuel Brasil (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Jaime Medeiros*).

Usaram da palavra para proferir as intervenções finais, os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Dionísio de Sousa (*PS*), Victor Cruz (*PSD*) e por último o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Madruga da Costa*).

Seguidamente, passou-se à votação do Programa do VI Governo Regional dos Açores, em que este foi aprovado com 24 votos a favor do PSD, 13 votos contra do PS, 1 voto contra do PP e 1 voto contra do PCP.

Terminado a discussão do Programa do Governo, procedeu-se à leitura dos relatórios ao abrigo do artigo 119.º.

Assim, intervieram os Srs. Deputados relatores António Gomes (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Rui Luís (*PSD*) e Manuel Gil Ávila (*PSD*):

Em seguida, aprovou-se o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Partido Popular para a **Proposta de Resolução sobre "Apuramento do real montante da Dívida Pública Regional"**.

Proferiram intervenções os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Fernando Lopes (*PS*) e Victor Evaristo (*PSD*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Finalmente, discutiu-se e aprovou-se as seguintes iniciativas legislativas:

**- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Dívidas do Governo à Caixa Geral de Depósitos"**.

Sobre este assunto, usaram da palavra os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Fernando Lopes (*PS*), Victor Evaristo (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*), bem como a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*).

O diploma acima mencionado, foi aprovado na generalidade e na especialidade por maioria.

**- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Novo Regime do Conselho de Concertação Social"**.

Sobre este ponto, intervieram os Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*), Gonçalo Botelho (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Fernando Fonte (*PS*), Rui Melo (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (*Gaspar da Silva*).

Esta Proposta foi aprovada na generalidade e na especialidade por unanimidade, com excepção do Art.º 3.º n.º 1 que foi aprovado por maioria.

*(Os trabalhos terminaram às 20.30 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados boa tarde. Peço-vos o favor de ocuparem os vossos lugares. Vamos proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PSD - Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Aurélio da Fonseca, Carlos Morais, Carlos Silva, Eugénio Leal, Gaspar da Rosa, Homem de Gouveia, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Luís, Rui Melo, Victor Cruz; PS - Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Fernando Meneses, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Nascimento Ávila, Manuel Serpa, Nélia Figueiredo, Rogério Serpa; PP - Alvarino Pinheiro; PCP - Paulo Valadão).*

**Presidente:** Estão presentes 37 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar sequência à nossa ordem do dia com a continuação do Programa do VI Governo.

O Sr. Deputado Fernando Menezes pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Para fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para sugerir à Mesa que informe a Câmara quais os tempos disponíveis e qual o número de inscrições.

**Presidente:** O Governo tem 17 minutos e 15 segundos.

O PSD tem 2 horas e 37 minutos.

O PS já esgotou o seu tempo.

O PP dispõe de 3 minutos e 10 segundos.

O PCP já esgotou o seu tempo.

O Sr. Deputado Independente dispõe de 15 minutos.

Está inscrito por parte do Governo, o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Pelo Partido Social Democrata os Srs. Deputados Gonçalo Botelho, Jorge Valadão, Jorge Cabral, Ana Silva, Manuel Gil Ávila, João Cunha, Carlos Morais e José Maria Bairos.

Queria informar a Câmara que o Sr. Presidente da República informou o Sr. Presidente do Governo que amanhã daria posse ao Conselho de Estado e, por esse facto, eu já falei com os Srs. líderes parlamentares e com os respectivos deputados das representações parlamentares sobre essa questão e tinha ficado acordado que nós prescindíamos de um intervalo entre a votação e o debate final.

Além disso, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata prescindiu das suas intervenções.

Sendo assim, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Sr. Secretário aguarde um momento porque há aqui um problema técnico nas gravações da Assembleia.

*(Pausa)*

**Presidente:** Srs Deputados, peço imensa desculpa mas a avaria persiste.

Srs. Deputados vamos suspender os nossos trabalhos por algum tempo até ver se conseguimos resolver esta questão.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 10 minutos.

*Eram 15. 25 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares.

*Eram 15.50 horas.*

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

## **Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*(Jaime Medeiros)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Queria em primeiro lugar felicitar V. Exa., Sr. Presidente, e o Vice-Presidente pela eleição que ocorreu recentemente e também cumprimentar os novos deputados que recentemente tomaram assento na Assembleia.

Durante a elaboração do Programa do VI Governo Regional, nos capítulos cuja execução está cometida à Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi nossa preocupação dar-lhe um conteúdo realista e exequível que nos permita, no fim do mandato e em jeito de balanço, concluir que foram atingidos os objectivos propostos.

As acções ali preconizadas, foram devidamente enquadradas na lógica do Plano a Médio Prazo 92/96, em devido tempo aprovado por esta Assembleia Legislativa Regional, e ponderadas, face às expectativas criadas aos açorianos, durante a campanha eleitoral de 1992.

O Plano para o ano de 1996, a submeter brevemente à aprovação desta Câmara, tratará com o devido detalhe as áreas e as prioridades consideradas neste programa de Governo, por forma a irmos ao encontro do desejado desenvolvimento equilibrado de todas as parcelas da nossa Região, satisfazendo assim, um leque considerável de aspirações justas, da população destas Ilhas.

Uma das nossas maiores preocupações do momento actual, consiste na imperiosa necessidade de fazermos com que o investimento feito pelo Governo tenha impacto directo e decisivo na economia regional, potenciando a actividade das nossas empresas e contribuindo para a criação de novos postos de trabalho.

Se é certo que alguns dos empreendimentos em curso, ou a levar a cabo, exigem, pela sua dimensão e complexidade, tecnologias e equipamentos de que os empresários locais não dispõem, não é menos certo contudo, que exceptuando as situações especiais é sempre possível, dentro do quadro legal existente, encontrarem-se soluções e formas de dinamizar a indústria e o comércio regionais. Estaremos atentos a esta preocupação.

Passando em concreto às propostas contidas no Programa do Governo Regional, na área sob minha responsabilidade, apresentá-las-ei de forma sectorial.

Assim, no capítulo da Habitação, consideramos que o acesso à mesma é um direito de todos os cidadãos, consagrado na Constituição da República Portuguesa, com influência directa na sua qualidade de vida e que constitui hoje, um problema que afecta um número considerável de famílias, tornando-se muito preocupante para alguns estratos da população mais carenciados.

Para obviar esta situação, o Governo tem em curso um plano de construção de habitação social, através de um programa de realojamento para agregados familiares que vivem em barracas, casas abarracadas, ou em situações de sub-ocupação.

O plano em causa será desenvolvido ao longo de 29 meses, sendo este mês de Novembro o mês um da sua implementação.

Pensamos que dentro de aproximadamente 8 meses, poderão ser entregues as primeiras casas.

A medida atrás referida abrange, numa primeira fase, alguns concelhos das ilhas de S. Miguel e Terceira, estando prevista uma segunda fase que cobrirá os restantes concelhos.

Paralelamente, manter-se-ão os programas de: Apoio à Recuperação de Habitação Degradada, Construção a Custos Controlados, Construção ou Aquisição de Casa Própria, Bonificação de Juros Bancários e Cedência de Lotes Infraestruturados.

No capítulo das Obras Públicas, é intenção do Governo dar continuidade a todos os projectos em curso, nomeadamente a reabilitação e pavimentação de Estradas Regionais em Sta. Maria, Terceira, S. Jorge e Faial e a construção da circular de Ponta Delgada. Antes do final deste ano, iniciar-se-ão os trabalhos de repavimentação de diversos troços de Estradas Regionais na Ilha do Pico, cujo processo administrativo se encontra na fase de tramitação processual.

Durante o ano de 1996, serão adjudicados diversos trabalhos de construção e reabilitação de estradas nas Ilhas de S. Miguel e Flores.

Os portos serão também objecto da nossa cuidada atenção, prevendo-se dar continuidade ao projecto de consolidação do quebra-mar do porto da Horta e

construção do novo Parque de Contentores, bem como iniciar as obras de reforço do molhe e arranjos dos terraplanos do porto de S. Roque do Pico.

Na Vila da Madalena será dado início à construção do novo terminal de passageiros e tomar-se-ão medidas tendentes a minimizar os transtornos criados pela inexistência deste tipo de instalações nos portos de S. Roque, Velas, Calheta e Praia da Graciosa.

Serão iniciados os trabalhos de electrificação do porto das Velas, prevendo-se também dotar esta infraestrutura de uma rede de água potável.

A operação no Cais da Calheta de S. Jorge é, hoje em dia, penalizada pela exposição da zona acostável à ondulação predominante. Está em curso a elaboração de um projecto de construção de um molhe de protecção, estudo este que se prevê fique concluído durante o próximo ano.

As aerogares das Lages, Graciosa, Pico e S. Jorge serão objecto de intervenção, visando a melhoria das condições existentes.

Os transportes são, numa região descontínua como a nossa, factor determinante do desenvolvimento.

A política de transporte aéreo, tem vindo e continuará a ser, enquadrada nas linhas já definidas pela Comunidade Europeia, no âmbito da criação do Mercado Único.

Em consequência, foram definidas pelo Governo da República, obrigações de serviço público para as ligações aéreas, entre o Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A Região conseguiu incluir nas referidas obrigações, algumas condições que possibilitam aos residentes um melhor serviço nas ligações com o exterior.

Um relatório apresentado ao Governo da República por técnicos nomeados pelas Secretarias de Estado, das Finanças e dos Transportes, pela Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e por um representante do Gabinete do Ministro da República, concluiu que a SATA-AIR AÇORES, presta um serviço público complementar à TAP-AIR PORTUGAL nas suas ligações entre o Continente e os Açores sem que, até ao momento, tenha para o efeito recebido do Estado qualquer indemnização compensatória como acontece com a denominada transportadora aérea nacional.

Os custos foram devidamente quantificados, pelo que esperamos ansiosamente que tal relatório seja aprovado pelo Governo Central.

Como consequência do abandono por parte da TAP das escalas nos Açores, dos voos com destino ao continente Norte-Americano, vê-se a Região impelida a substituir tais serviços pelo das empresas associadas da transportadora aérea regional, de forma a não privar as nossas comunidades de emigrantes dos sempre desejados contactos com a sua terra de origem.

No âmbito da expansão dos negócios da SATA, terão início ainda este mês, novas operações charter a partir do Funchal e de Lisboa, com destino a algumas cidades da Europa.

Prosseguirão as medidas tendentes ao reequilíbrio económico-financeiro da SATA, por forma a que se assegure a continuidade e a qualidade dos serviços a que nos habituámos.

O Governo Regional consciente da importância para a economia da Ilha de Sta. Maria, da manutenção do Centro de Controlo Oceânico, mandou elaborar um estudo, encomendado a especialistas credenciados da Universidade da Islândia, que aponta claramente para a manutenção naquela ilha do referido Centro de Controlo.

Manter-nos-emos firmemente empenhados na defesa desta posição.

No que respeita aos transportes marítimos, encontra-se em curso a reestruturação do sector portuário, prevendo-se que o novo esquema de trabalho nos portos dos Açores possa, com êxito e com redução de custos, arrancar no início do próximo ano.

Como forma de, ao nível do mercado interno, se encontrar uma forma simples e eficaz que garanta níveis adequados de frequência e qualidade, dar-se-á continuidade à política de auxílio às empresas de transportes marítimos que queiram melhorar a sua frota e que se enquadrem dentro dos objectivos atrás enunciados.

Os transportes terrestres merecem também especial atenção. A particularidade de vivermos num território constituído por nove ilhas, com dimensões muito diversificadas, conduz a custos elevados dos transportes terrestres, em virtude das pequenas distâncias a percorrer e do reduzido número de quilómetros acumulados ao fim de cada ano pelos veículos utilizados, não permitindo assim, as desejadas economias de escala que se obtêm em territórios contínuos.



O Governo manterá os actuais apoios financeiros técnicos às empresas de transporte colectivo de passageiros.

Numa sociedade moderna, a fiabilidade das comunicações assume papel fundamental na redução dos desequilíbrios existente entre os diferentes territórios.

O grau de cobertura e eficácia das comunicações nos Açores não é aquele que nos permite ombrear com os padrões de qualidade existentes no resto do País e na Europa.

Continuaremos a diligenciar junto do poder Central, para que à semelhança do que hoje tem a Madeira, seja lançado entre o Continente e os Açores, o cabo de fibra óptica que nos aproximará das sociedades desenvolvidas.

Os recursos hídricos dos Açores, são um património de incalculável valor que urge preservar.

O estado eutrófico de algumas das nossas belas lagoas obriga-nos a tomar, numa primeira fase, medidas curativas, visando a sua recuperação e numa segunda fase, medidas preventivas que assegurem a sua salvaguarda.

Parte das acções que procuram atingir os objectivos atrás referidos, encontra-se implementada, tornando-se imperativo o lançamento de outras iniciativas para a optimização da gestão do domínio público hídrico.

A habitação, os transportes, o ordenamento urbanístico e o ambiente, encontram-se intimamente ligados com a política de ordenamento do território.

O Plano Regional de Ordenamento do Território, encontra-se na sua fase terminal de conclusão, faltando apenas, antes da sua aprovação final, a discussão alargada, prevista realizar brevemente, com os representantes de todos os organismos regionais e autárquicos.

Finalmente e no que respeita à orla costeira, iniciar-se-ão os necessários planos de ordenamento, em conformidade com o disposto na legislação nacional em vigor.

É isto, em suma, o que nos propomos realizar durante a vigência do VI Governo Regional.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Optou o Sr. Secretário Regional por apresentar-nos o programa governamental sob uma forma muito concreta, enunciando um o conjunto de propósitos e de projectos.

Por isso, gostaria de fazer as seguintes observações e perguntas.

Relativamente às obras dos portos que V. Exa. aqui enumerou, surpreende-me algumas, porque tenho conhecimento da ante-proposta de plano do Governo Regional que está em sede de pareceres dos respectivos parceiros sociais e V. Exa. enumera aqui objectivos, pretensões ao nível de portos, por exemplo, na Graciosa e na Calheta, que nem fazem parte da ante-proposta de plano.

De resto, esta própria ante-proposta de plano nem contém verbas no chamado não desagregado. Isto quer dizer que de acordo com essa ante-proposta, V. Exa. não tem nenhuma verba para suportar as propostas que aqui enunciou.

Por conseguinte, gostaria que me desse conta dessa contradição entre o ante-plano e aquilo que acaba de dizer.

Relativamente à questão das estradas, o Sr. refere que na continuação dos projectos e políticas anteriores, tem um conjunto e um role de objectivos para essa matéria.

O Sr. Secretário, obviamente, tem sempre o benefício da dúvida de ter as intenções que lhe aprouver, agora convenhamos que nesta Câmara, da parte do Partido Popular, não pode deixar de haver uma chamada de atenção para o facto de, no passado, que não é da responsabilidade do VI Governo, mas trata-se de dar continuidade ao programa do Governo de 92, a acção governativa na área das estradas foi um fracasso reconhecido a começar pelos casos do Faial, Pico e da Terceira que também conheço em pormenor.

Como sabe, a execução material foi praticamente de zero, um conjunto para executar num programa superior a cerca de 2 milhões e meio de contos. Portanto, não é nada abonatória essa referência à acção de continuidade relativamente a esses projectos, porque efectivamente foi demasiado má.

Inclui-se neste lote a referência que fez à aerogare da Lajes que também é um projecto do ano passado e já estamos no fim do ano. Será um projecto do próximo ano?

Relativamente à SATA, é de facto animado para nós ver esse salto que a nossa empresa regional fará. Reconheço que é matéria relevante para o Governo referir essas acções exteriores da SATA, no entanto queria contrapor, porque estamos muito preocupados com a sua acção interna e, nomeadamente com a situação anómala da SATA estar isolada do resto da rede de transportes.

Como sabe, o grave problema informático da empresa impede-a de fazer uma acção satisfatória a nível dos Açores. Preocupa-nos fazer acções de ligação com o exterior e com outras empresas.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeia que terminasse porque o seu tempo esgotou.

**O Orador:** Há um botãozinho que já desapareceu dos computadores, daquele piano (teclado) que está à frente dos computadores e que foi retirado de tudo o que era sítio. Esse botãozinho vai fazer muita falta para as ligações com os charters, certamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações** (*Jaime Medeiros*). Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

O primeiro documento do plano não continha verbas destinadas ao estudo da operacionalidade do porto da Calheta. No entanto, já foram tomadas medidas tendentes para que na versão definitiva sejam incluídas essas verbas, porque é uma obra importante, mas só no ano de 96 é que é possível concluir o projecto por forma a que ele seja credível e que não se encontrem soluções que, tal como aquela obra que foi feita lá no passado, venham piorar a situação. Temos que ter a certeza de que o dinheiro investido é bem aplicado.

No que diz respeito às estradas, a quantidade de obras que enumerei ali, corresponde, mais ou menos, a um conjunto de acções que estão em curso.

Posso-lhe dizer por exemplo que no caso concreto de Santa Maria, as obras estão em curso. Em Ponta Delgada, também há obras em curso. Na Terceira a pavimentação da

estrada Lajes-Santa Bárbara já foi consignada, já ocorrem trabalhos de topografia no campo. No caso do Faial, a obra também já está em curso e estão também a decorrer, neste momento, trabalhos de topografia. As do Pico estão adjudicadas, falta apenas o visto do Tribunal de Contas.

Quanto ao quarto troço Praia-Angra, o que disse é exequível durante o próximo ano. Relativamente à aerogare das Lajes, durante o ano de 1995 elaborou-se o projecto e a obra está, neste momento, a concurso. Portanto, vai iniciar-se ainda durante este ano e vai prolongar-se durante o ano de 96.

Quanto à questão do problema informático da SATA, nós reconhecemos que tem havido algumas anomalias e tudo será feito para evitar transtorno aos passageiros.

Esperamos que dentro em breve esse problema que existe esteja ultrapassado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do VI Governo refere na rubrica de transportes marítimos a seguinte expressão: "A intervenção do tráfego inter-ilhas de passageiros e/ou mercadorias numa Região dispersa e com mercados de dimensão reduzida, terá que assentar basicamente numa perspectiva de reforço da sua coesão interna, numa lógica comum, mas que simultaneamente tenha em conta as potencialidades económicas e sociais de cada uma das parcelas que a constituem".

Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

Não há uma referência que fosse, neste programa do VI Governo Regional, a um velho problema que vem preocupando há muito tempo as populações das ilhas dos Grupos Central, Oriental e Ocidental, ou seja, a ausência de um transporte marítimo nas ligações de passageiros com as restantes ilhas, com as ligações das ilhas do Grupo Central acima de tudo, que estão medianamente bem servidas em termos de transportes marítimos. No caso concreto das Ilhas de São Miguel, Santa Maria, Flores e Corvo, é impensável fazer uma deslocação por via marítima, é impensável fazer uma viagem corrida mesmo em termos de cargas, porque há sempre a necessidade de as transbordar em algum porto intermédio.

Perguntarei ao Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações se a médio prazo, para não falar no curto prazo, há alguma perspectiva do VI Governo dos Açores resolver esta lacuna que vem levantando alguma insatisfação nas populações das ilhas do Grupo Oriental e Ocidental, porque se sentem marginalizadas em relação às do Grupo Central?

Enquanto que de Santa Maria e São Miguel, do Corvo e das Flores só se pode vir de avião mesmo na época turística, no Verão, nas outras ilhas, pelo menos as do Grupo Central, há um grande intercâmbio de passageiros, há um grande intercâmbio de visitantes de turismo, por via marítima, na ordem dos milhares de pessoas que utilizam essa infraestrutura que neste momento estão ao dispor das suas populações.

Finalmente, Sr. Secretário Regional, e sem qualquer intuito de afrontar V. Exa., mas apenas para alertar para um problema que tem sido debatido há muitos anos, sem que se vislumbre qualquer perspectiva de solução, para quando finalmente temos nas ilhas dos Açores um arquipélago insular, uma Região Autónoma formada por nove bocados de terra - permita-me a relevância poética - semeadas a meio do Atlântico Norte, para quando Sr. Secretário Regional teremos as ilhas todas ligadas entre si por via marítima num misto de passageiros e carga ou pelo menos de passageiros, que permita a todos os insulares, sem discriminação e sem excepção, poderem confraternizar e fazerem intercâmbio turístico, porque não dizê-lo também, entre as nove ilhas dos Açores?

Obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário falou nas estradas de várias ilhas, nomeou São Jorge mas não especificou. Gostaria de saber se em relação à chamada estrada dos Nortes de São Jorge, se está previsto para o próximo plano e orçamento a sua pavimentação e correcção?

Como nós sabemos, estas estradas do Norte de São Jorge, têm troços que estão tão maus como os piores das outras ilhas. Não é só em São Jorge que existem estradas

más. Nós já tivemos oportunidade de verificar isso. Esta é uma das questões que gostaria colocar ao Sr. Secretário.

Em relação ao porto da Calheta, gostaria de fazer três considerações muito rápidas e sintéticas, uma vez que o Sr. Secretário já deu algumas indicações sobre o assunto.

Eu gostaria de saber se já está escolhido o futuro projecto para o cais da Calheta visto que, neste momento, o que está em causa é um esboço.

Também gostaria de saber quando se pensa implementar esse projecto e qual será a viabilidade dele no futuro?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Jaime Medeiros):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em resposta ao Sr. Deputado Jorge Cabral, eu diria que, neste momento, entre a Ilha de São Miguel e a Ilha de Santa Maria, existe transporte de passageiros. O que acontece é que uma parte significativa das pessoas não utiliza esse meio de transporte, sendo ele mais usado no período de Verão quando existem as chamadas "festas de Verão".

De resto, o navio que é misto, leva carga, pode levar passageiros mas, de uma forma geral, durante o Inverno não leva passageiros.

O caso concreto das ligações do Grupo Oriental com o Grupo Central, é mais complexo, na medida em que para que haja um empresário disposto a investir nesse sector é necessário que haja mercado.

Eu tenho algumas dúvidas se existe mercado que justifique a manutenção de um barco de passageiros que já não é de tráfego local, já é um barco que tem que ter características de navegabilidade e equipamentos mais sofisticados, tem que ter tripulações que não as tripulações do tráfego local e tem que se manter durante os 12 meses no ano, já que tem que assegurar esse tipo de ligações com alguma regularidade.

Eu tenho sérias dúvidas da viabilidade de um projecto dessa natureza.

De qualquer forma, se houver um empresário interessado, naturalmente o Governo dará todo o seu apoio. O Governo é que não pode nem deve tomar a iniciativa de entrar na área que pertence aos privados.

No que diz respeito às estradas do Norte, eu diria ao Sr. Deputado Manuel Brasil que no plano para 1996 está contemplada esta obra e o contrato será assinado no decurso do ano de 1995, por forma a fazer uma melhor utilização e racionalização dos equipamentos disponíveis na ilha numa outra obra que é a de pavimentação do Topo. Quanto à questão do porto da Calheta, foi feito um estudo prévio, foram apontadas 5 soluções e uma foi escolhida com base em pareceres técnicos e credíveis, ou seja, aquela que se adapta melhor àquela zona e ao tipo de operação que se pretende para aquele porto.

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de intervenção, vamos entrar nas intervenções finais do debate do programa do Governo.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na intervenção de apresentação do programa feita pelo Sr. Presidente do Governo Regional, é referida a crise económica dos países industrializados, atribuindo-se a essa crise a natureza de causa única do desemprego e da instabilidade no emprego que existe, hoje, nesta Região Autónoma. É igualmente atribuída à crise a responsabilidade pela agudização de casos de pobreza ou exclusão social.

Sem negarmos que a crise geral que vem afectando os países industrializados também nos afecta de várias formas, temos que considerar esse tipo de análise como redutora, na medida em que exclui da responsabilidade por esses problemas a própria orientação política interna e essa responsabilidade existe em grande medida.

Quando o Governo ou organismos públicos incentivam projectos económicos que não se concretizam, ou que esbarram com uma situação de insucesso total, estão a ter a alta responsabilidade de permitir a utilização, inútil para a economia, de dinheiros públicos.

Quando o Governo ou organismos públicos atribuem incentivos económicos para processos acelerados de reestruturação e modernização, sem que se procure uma

política de expansão, estão de facto a atribuir fundos públicos que visam drásticas reduções de postos de trabalho. Os casos do Grupo Sousa Lima, em 93-94, e do sector industrial do leite (Loreto e outras), ainda em curso, são exemplos gritantes desta situação.

Quando o Governo, por muitos anos, pôs de parte a perspectiva de adaptação do sistema fiscal e de outras eventuais medidas de defesa da estrutura dominante de pequenas e médias empresas, permitindo assim que o processo de concentração em curso no País, se reflectisse negativamente na vida dessas empresas, está a assumir a responsabilidade pela redução de postos de trabalho que resultam de falências ou retracções de actividade.

Quando o Governo mantém em 91 e 92, por razões eleitoralistas, o investimento público muito acima dos recursos existentes, para depois em 93 o vir pôr muito abaixo das necessidades económicas e sociais, como consequência do buraco financeiro aberto, está a assumir a responsabilidade, muito grave, não só de criar falsas expectativas, como de reduzir perigosamente a oferta de emprego em sectores como a construção civil, actividades comerciais, fornecedores do sector público, etc.

Quando o Governo, como consequência das suas políticas económicas erradas e da sua política financeira desadequada, procura reduzir as despesas, diminuindo a intervenção directa de serviços públicos, como por exemplo os serviços de obras públicas, está a reduzir a oferta de emprego o que, como se sabe, tem sido factor de desequilíbrio muito especialmente nas ilhas mais afastadas e com uma economia mais débil.

Quando o Governo recusa que sejam estudadas novas possibilidades de enquadramento para a relação de trabalho nas pescas, nomeadamente na pesca industrial, está objectivamente a enfraquecer a possibilidade da nova frota atuneira, em larga parte construída com dinheiros públicos, constitua uma forte alternativa de emprego para largas dezenas de jovens açorianos.

Quando o Governo da República, como aconteceu com o anterior, altera a legislação de trabalho numa perspectiva desfavorável aos trabalhadores a instabilidade do emprego acentua-se, como realmente se acentuou.



Por estas referências, evidentemente não exaustivas, se vê, com muitíssima clareza, que o desemprego que se instalou nos Açores e que cresceu drasticamente em finais de 93, não se deveu nem apenas nem essencialmente, à crise económica internacional. Devemos, aliás, sublinhar que os aspectos de crise que mais se evidenciaram nos Açores têm a ver, quer com as consequências do concentracionismo cavaquista, muito caracterizado por elevadas cargas fiscais e por elevado custo do crédito para investimento, o que, obviamente, atingiu em cheio o tecido empresarial dos Açores, quer com medidas erradas do Governo Regional ao nível dos incentivos, das opções e da natureza imediatista das políticas erradas.

Ao falarmos da crise, temos que falar muito na **nossa crise** e essa resulta da política económica nacional e regional dos últimos anos.

Não é nem aceitável, nem razoável, nem útil, nem credível para o nosso futuro, que ao discutir-se estes problemas se evite olhar com muita atenção para a nossa própria realidade.

**Hoje, há desemprego nos Açores, porque a economia regional não oferece emprego em quantidade suficiente. É este o problema que tem que ser analisado.**

Hoje, há instabilidade no emprego, porque a legislação de enquadramento e a procura de emprego superior à oferta, facilitam a precarização, precarização esta que em nada beneficia, globalmente, a economia.

As questões agora aqui afloradas, servem não só para demonstrar que as causas dos problemas sociais são em larga medida provocadas pelas políticas do PSD/Açores, como servem para lembrar que a continuidade de tais políticas é muito gravosa para o futuro imediato da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A conclusão principal que se pode retirar deste debate, é a de que o VI Governo Regional adoptou como suas as políticas do Governo anterior.

Foram notórias no debate, algumas diferenças de estilo, que registamos, mas é preciso sublinhar que o essencial são as orientações definidas para cada sector.

As alterações existentes na vida política regional, nomeadamente aquelas que motivam a existência do VI Governo, deram-se em grande medida porque

subsistiram durante muitos anos políticas inadequadas, a par de muitas atitudes erradas.

Essa lição, porém, não retirada pelo VI Governo Regional, que se limitou, com o seu programa, a assumir essas políticas.

Referimos que há diferenças de estilo. Elas foram patentes na forma mais aberta com que alguns problemas foram apresentados, na forma não altaneira com que algumas posições foram defendidas e na forma mais comedida com que os titulares do poder regional se apresentaram perante esta Câmara.

Tais diferenças de estilo derivam, em parte, da forma política de estar de quem hoje preside ao Governo, e também, em boa parte, das diferenças que a situação comporta.

O PSD/A sabe que os tempos mudaram.

O PSD/A sabe que o exercício absolutista do poder já não tem possibilidades de ter apoios nem de ser aceite.

O PSD/A sabe que a arrogância política não é um argumento que lhe possa ser eficaz neste novo contexto.

Mas mudar um pouco o estilo de governação não constitui, por si só, qualquer caminho válido para travar a degradação económica e social, para tornar transparente as razões que determinam opções e decisões, para criar perspectivas mais favoráveis quanto ao futuro.

**O Senhor Presidente do Governo quando trouxe ao debate um estilo mais aberto, demonstrou que sabe, claramente, que muita coisa tem que mudar.**

**Do mesmo modo, o Senhor Presidente do Governo, quando defendeu, na abertura, que os problemas do desemprego e da pobreza hoje existem apenas por causa da crise económica internacional, demonstrou também claramente, que não quer levar a sua análise até à necessária constatação de que muitas das políticas que vêm de trás estão erradas.**

Estamos, assim, perante um Governo que quererá executar, no essencial, as mesmas orientações, usando apenas alguns processos diferenciados.

Como temos procurado demonstrar ao longo dos anos, com muita persistência e pormenor, pensamos que estas políticas do PSD/A, que continuam a ser os mais fortes pilares do programa do VI Governo, não servem os interesses da Região, não

resolvem os problemas da nossa economia, não contribuem para a unidade regional e para o desenvolvimento harmonioso de todas as ilhas e apenas agravam a situação de quem vive do seu trabalho.

Por esta razão essencial, a Representação Parlamentar do PCP/Açores irá, por um lado, votar contra o Programa do VI Governo Regional e irá, por outro lado, continuar, intensa e permanentemente, o combate que sempre desenvolveu contra estas políticas.

Disse

**Presidente:** Para uma intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Terminada a apreciação do Programa do VI Governo Regional dos Açores vai a Região possuir um novo Executivo que se propõe, praticamente, prosseguir o Programa do Governo anterior, mas que, surpreendentemente, rejeita a designação de evolução na continuidade e também não se assume como reformista.

Este posicionamento programático do VI Governo Regional, está naturalmente relacionado com o seu limitado horizonte temporal e, sobretudo com o quadro político-partidário subjacente à actual solução governativa.

É que, na verdade, a legitimidade deste VI Governo Regional reside no projecto partidário do PSD do Dr. Mota Amaral sufragado em 1992.

Mas neste momento ninguém sabe que PSD haverá em Dezembro próximo. O PSD do Dr. Mota Amaral é que não será certamente.

Aliás, as diferenças que já têm vindo a público são significativas, sendo por isso possível que daqui a um mês as linhas de orientação e os objectivos que norteiam a liderança do PSD nos Açores, difiram em questões essenciais daquilo que o Governo Regional do PSD se propõe cumprir para os Açores.

É este o preço de haver um novo Governo sem termos tido novas eleições.

É este o preço de o PSD ter apresentado um novo líder Governamental sem que o próprio Partido tivesse novo líder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Deste debate, que trouxe elementos positivos no que refere à postura dos membros do Governo perante o Parlamento e até na maneira como alguns dos diagnósticos sectoriais foram apresentados, parece surgir uma nova forma mais democrática e respeitadora do relacionamento entre os dois órgãos do Governo Próprio da Região. No que respeita ao conteúdo das respostas do Governo às questões sectorialmente suscitadas pelo Parlamento, ficou claro para o Partido Popular, que só no âmbito do Plano e Orçamento para 1996 se ficará com a exacta noção da medida em que o VI Governo Regional estará disposto, ou não, a introduzir as modificações na acção governativa, capazes de contribuírem para a resolução dos muitos problemas que afectam a Região.

Na verdade, e apesar das boas intenções para que os Programas do Governo sempre apontam, dado o seu carácter teórico e generalista, o que mais importa é a forma prática de atingir os objectivos entretanto anunciados.

Quando, há três anos, a Representação Parlamentar do Partido Popular fez estas mesmas observações ao Programa de Governo para esta Legislatura, e suscitámos a fundamentada dúvida quanto à capacidade do Governo Regional do PSD atingir um aceitável grau de satisfação dos seus objectivos programáticos, como agora se prova, tínhamos absoluta razão.

O que se constata, é que na Região não só não se verificou a anunciada retoma económica, como se assiste a um preocupante acentuar da crise no conjunto do tecido económico com repercussões importantes nas áreas sociais.

Outrosim, é o surgimento do espectro do Desemprego, fenómeno que se encontrava há muito tempo arredado do cenário regional e que aparece recentemente com taxas reveladoras de um indiciador desequilíbrio na sociedade açoriana, ao qual também não será alheio a impossibilidade do aparelho administrativo continuar a desempenhar o papel de principal empregador da economia regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O que está em causa neste momento não é tanto a avaliação da bondade das intenções, que são sempre mais ou menos inquestionáveis, mas a capacidade de com políticas e práticas sensivelmente semelhantes às que foram utilizadas até agora, adoptar as soluções de que a Região carece.

Não estamos em desacordo, por exemplo, sobre o crescimento sustentado da oferta turística, procurando uma distribuição espacialmente harmoniosa. O que está em causa, é o facto das principais unidades de alojamento das Ilhas do Pico, das Flores, de Santa Maria estarem umas falidas e outras em grave situação económica e financeira. O que está em causa é a empresa de Transportes Aéreos da Região, tal como a nacional, não disponibilizar uma oferta susceptível de satisfazer as necessidades turísticas das nossas Ilhas.

Não estamos em desacordo com o objectivo do esforço da modernização agrícola, da diversificação da produção, do apoio ao rendimento, à transformação e comercialização. O que está em causa é a Ilha das Flores ter uma fábrica nova sem ter leite, porque não pagam aos fornecedores. O que está em causa, é na Ilha do Pico haver lavradores que não recebem há catorze meses o produto do leite que fornecem às Fábricas.

Não estamos em desacordo com o facto do Governo preconizar para a agricultura um modelo de evolução agrícola e rural do tipo unimodal. O que está em causa, é que a manutenção de empresas agrícolas por razões sociais ou políticas não pode ser feita à custa de medidas, também elas anti-sociais, como o congelamento das anómalas tabelas das rendas agrícolas.

Não estamos em desacordo que se deseje criar as infraestruturas para a instalação de Indústrias. O que está em causa, é a efectiva criação dos Parques Industriais que avançam e recuam, apenas nas declarações dos responsáveis políticos.

Não estamos em desacordo com o óbvio incentivo à utilização de recursos energéticos endógenos. O que está em causa, é resolver o complexo emaranhado financeiro do mal conduzido projecto Geotérmico de S. Miguel, viabilizando-o e aproveitando rapidamente outros projectos geotérmicos válidos, com propostas já conhecidas e sem quaisquer encargos para a Região.

Não estamos em desacordo com o objectivo de melhorar as infraestruturas Portuárias. O que está em causa, é dotar efectivamente alguns portos da Região do equipamento indispensável à sua boa operacionalidade e promover verdadeiramente a sua eficaz utilização, inscrevendo em orçamento as verbas necessárias e depois executá-las.

Não estamos em desacordo com o anunciado de que Educação é uma aposta prioritária do Governo. O que está em causa, é que passam-se os anos e muitas Escolas permanecem sobrelotadas, com alunos recebendo aulas em espaços para tal impróprios, com carências elementares de equipamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não está tão pouco em causa reconhecer-se agora, unanimamente, que o déficit do orçamento corrente da Região é estrutural e insustentável, que a Dívida Pública Regional é incomportável, que as transferências do Orçamento do Estado são insuficientes.

O colapso das Finanças Regionais e a falência do modelo que lhe está subjacente, já foi, de longa data, denunciado e demonstrado pelo Partido Popular.

O que está verdadeiramente em causa, é saber se o VI Governo Regional está disposto e tem a coragem de fazer a parte que lhe compete na redução progressiva do déficit do orçamento corrente, corrigindo os vícios de esbanjamento da administração regional, adaptando-a à nossa dimensão e introduzindo-lhe uma rigorosa gestão com base na racionalidade, austeridade e competência.

O que está em causa, é saber se para 1996 o Estado já assume a sua quota parte de responsabilidade no saneamento das Finanças Regionais e na promoção do investimento regional.

É que não basta apontar para uma Lei de Finanças Regionais, substituindo o actual e inadequado modelo de negociação anual.

Na prática, o que está em causa, é aumentar significativamente o nível das transferências do Orçamento do Estado para a Região. A isso temos direito e, de resto, até o merecemos, seja qual for o método adoptado.

A garantia, por parte do Governo da República, de que o Orçamento do Estado para 1996 fará crescer as transferências para as Regiões ao ritmo da evolução da despesa orçamental, afigura-se, ao Partido Popular, como uma perigosa armadilha.

É que, simultaneamente, o novo Ministro das Finanças já afirmou que os Orçamentos do Estado para 1996 e 97 orientar-se-ão por uma grande contenção.

Se assim for, o actual compromisso do Governo da República do PS para com as Regiões Autónomas será uma fraude política.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Isso é mentita! É falso!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Partido Popular aguarda a apresentação do Orçamento de Estado e do Orçamento Regional para 1996.

Até ao fim do ano, veremos das verdadeiras intenções do novo Governo da República para com as Autonomias e, ao mesmo tempo, apreciaremos da real dimensão dos sinais de coragem do VI Governo Regional, para proceder ao indispensável emagrecimento e racionalização da máquina política-administrativa da Região.

Veremos, então, se da parte de ambos resulta algum contributo para se iniciar um novo ciclo da Autonomia Regional que, simultaneamente, a viabilize e credite junto dos diversos agentes económicos e da nossa população.

Tenho dito.

**Presidente:** Para uma intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS, pelo que concerne ao conteúdo institucional, técnico e político do debate do Programa deste Governo, considera-o encerrado desde a passada sexta-feira.

Encerrou-o o Presidente do PS/Açores e Vice-Presidente desta Assembleia, o deputado Carlos César.

Por esta razão, neste momento regimental de encerramento formal do debate, não me resta senão, em nome do Grupo Parlamentar do PS, repetir, para que conste, se registre, archive e reafirme, algumas das ideias-força daquela, oportuna e notável, intervenção do Presidente do PS/Açores, Carlos César.

É o que passo a fazer a seguir para vosso deleite:

"Agindo, como era de esperar, no seguimento do Programa do V Governo, corroborando, como era de prever, a função que o PSD atribui a si próprio na sociedade açoriana, o VI Governo, tal como os que no mesmo partido aspiram a presidir a um VII, são cópias imperfeitas de um original a que nos opusemos e de uma política a que nos opomos"(...)

"O PSD, no Governo da República e desde sempre no Governo Regional, é o único responsável pela derrapagem das finanças regionais, tendo sempre recusado a concertação legal quanto aos seus meios de financiamento, tendo sempre optado pela negociação política conjuntural e casuística com o Governo da República, tendo sempre comprometido qualquer acordo estável, tendo sempre prosseguido uma política de conhecida falta de rigor na despesa pública, desbaratando invariavelmente recursos financeiros, sem produtividade, sem estratégia, sem alcance social e sem controlo".

"A situação intercalar que, no domínio do apoio financeiro do Governo Central, se terá de viver em 1996, está a ser objecto do nosso melhor acompanhamento, tendo o Ministro das Finanças, na Assembleia da República, prometido à Região mais meios financeiros e uma política fiscal favorável ao desenvolvimento económico do arquipélago". - tomem nota o partido guardador.

"O PS não condiciona o seu empenhamento na defesa dos interesses dos Açores a conjunturas pré ou pós eleitorais.(...)

"Descanse o PSD e o Governo: nós somos diferentes".

"Nenhum, mas mesmo nenhum, dos compromissos eleitorais do Governo da República ficará por cumprir, com a nossa omissão ou com o nosso silêncio. Nenhum".(...)

**Deputado Jorge Cabral (PSD): Oxalá!**

**O Orador:** "É fundamental romper com as políticas isolacionistas do protagonismo da administração pública na economia, caminhando decididamente no rumo inverso da concentração de funções nos sectores empresarial e administrativo do Governo Regional".(...)

"Importa associar, cuidadosa mas firmemente, num processo generalizado de abertura, o investimento e a presença dos sectores privados a novas oportunidades de intervenção empresarial e prestação de serviços na Região que o Governo monopoliza".(...)

"Nós, como socialistas, não negligenciamos a função do Estado, mas não paramos no tempo: insistimos que o serviço público não é sinónimo de sector público. O PSD e o Governo, sujeito a um regime de influências e instalados no aparelho governamental,



não compreendem esta visão, nem abandonam o predomínio pessoal que a actual situação lhes confere."(...)

Sras. e Srs. Deputados:

Se este texto, que acabei de citar, solene e definitivo, do Presidente do PS/Açores, Carlos César encerrou este debate do Programa do Governo, pelo que respeita ao seu conteúdo político útil, alguma coisa, porém, pode ser acrescentada, em nome do Grupo Parlamentar do PS, acerca da forma como ele decorreu.

Nesse sentido, irei tecer breves considerações sobre o papel desempenhado pelos intervenientes no debate.

Não me alongarei em análises sobre o desempenho de todos os actores. Vou-me limitar a falar da actuação dos protagonistas da discussão - o Governo e o PS.

Os possíveis "oscares" para os actores secundários e para a música de fundo do PSD não justificam qualquer reflexão nesta sede. Os primeiros quase não chegaram a entrar na discussão; os segundos têm o seu grande momento apenas na hora da votação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para que a actividade parlamentar se revista de um mínimo de autenticidade, particularmente no debate de um Programa de Governo, impõe-se que ela reproduza, ao seu nível, a expectativa da sociedade que é suposto representar.

Em relação a um Programa de Governo que não foi sujeito a sufrágio eleitoral directo, como acontece, pela primeira vez nos Açores, com o VI Governo Regional, era legítima a expectativa dos açorianos, em relação ao comportamento do PS e do Governo.

Com efeito, os outros partidos da oposição tinham dado um duplo golpe mortal na lógica institucional e na lógica parlamentar.

Na primeira, reclamando eleições antecipadas, sem ruptura da maioria eleitoral e na segunda, revelando, com antecedência injustificada sobre o debate parlamentar, o seu sentido de voto.

Sendo obviamente previsível a posição do PSD, restava o PS, para manter o clima de saudável expectativa, quanto ao debate e ao seu desfecho, essencial ao tónus vital da instituição parlamentar.

Assim o fez o PS, nas diferentes etapas em que se desenrolou o processo de investidura deste Governo, quer na sua fase pré-parlamentar quer na sua fase parlamentar.

Começou o PS, por marcar o seu estatuto de partido político que convoca conferência de imprensa, para tomar posição sobre a demissão, anunciada mas extemporânea, e sacrificando os compromissos para com a Região aos objectivos pessoais do interessado, não se deixando o PS reduzir ao simples papel de comentador televisivo do acontecimento, como fizeram o PP e o PCP.

Fazendo-se representar no acto de tomada de posse do VI Governo, perante o Ministro da República, não confundindo o comportamento institucional e protocolar, com o comportamento político-partidário.

Conjugando ainda, no debate parlamentar, a atitude de abertura de espírito, e mesmo de estímulo, aos débeis sinais de mudança do VI Governo, com a denúncia vigorosa dos abcessos de fixação em estádios amaralistas de opções e comportamentos político-institucionais.

Com tudo isto, o Grupo Parlamentar do PS deu contributo fundamental, para a credibilização do debate parlamentar dentro e fora das paredes desta Assembleia e para o seu impacto na sociedade açoriana.

Em todos os combates que, mesmo simbolicamente, reproduzem a situação de David e Golias, a revelação antecipada da não utilização da funda de David, que possa introduzir surpresa no resultado ou a certeza da sua não existência, determina a cedência de todo o terreno da luta a Golias e transforma, em fatalidade inevitável e pré-anunciada, o resultado da contenda.

Sras. e Srs. Deputados:

Passemos à análise do comportamento do VI Governo da era do Mota ou do I da era pós-Mota.

É sabido que a política é a arte de tornar possível aquilo que é desejável.

Por isto mesmo, estão condenados a falharem politicamente, aqueles governos que se contentam em tentar tornar desejável aquilo que julgam possível.

Perguntemo-nos o que era desejável que este VI Governo tornasse possível para os Açores, para os açorianos e para a Autonomia que ele proclama querer afirmar, servir e acreditar?

Era desejável um Governo que, no processo da sua formação e nos membros que o compõem, rompesse com o circuito fechado da dança das cadeiras entre o Governo e as empresas públicas e entre as empresas públicas e o Governo, com a tradicional dança de máscaras em que os mesmos substituem os mesmos, ficando todos iguais, embora com alguns mais iguais do que outros.

Era desejável um Governo que desse os primeiros passos no esboço de um novo modelo de autonomia que supere o anquilosamento teórico, o fracasso e o bloqueio no domínio da prática política e institucional, em que o modelo, teorizado e praticado por Mota Amaral, deixou a Autonomia Regional.

Era desejável um Governo que não corresse o risco da paralisia total, porque os seus novos membros não sabem até onde podem ir na mudança, e os que transitam do Governo anterior vivem a insegurança dos novos, porque nunca sabem quando é que a sua cabeça poderá ser servida na bandeja de uma lista de subsídios ou de outras irregularidades do passado.

Era desejável um Governo dotado de capacidade e dinâmica própria, para romper com a asfixiante tutela de Mota Amaral, na sua formação, na elaboração do seu Programa e na preparação da Proposta de Plano.

Era desejável um Governo que trouxesse no seu programa propostas adequadas à abertura programática ao diálogo, revelada pelas propostas concretas do Governo da República, em matérias tão decisivas como a cooperação financeira com a Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nestes dois últimos aspectos, este Governo agarra-se ao passado, ao ponto de continuar a tentar convencer-nos que é desejável aquilo que era o limite do possível, dentro da concepção de Mota Amaral sobre estes assuntos.

Os dois breves textos seguintes mostram até onde chegou, a asfixiante e castrante tutela de Mota Amaral, na elaboração do Programa deste Governo.

No compromisso eleitoral, para as recentes eleições da Assembleia da República, da lista do PSD/Açores, encabeçada por Mota Amaral, constava o seguinte:

**"Definição de um quadro de relacionamento financeiro estável que contribua para melhorar as condições de governabilidade dos Açores".**

Ninguém duvidará que este texto tem a chancela de Mota Amaral.

Comparemos com o texto paralelo do VI Governo.

**"Preparar um quadro de relacionamento financeiro estável que contribua para melhorar as condições de governação dos órgãos próprios da Região".**

Sras. e Srs. Deputados:

Quando o Programa do VI Governo se afasta do Programa do V, é para se aproximar ainda mais, da última palavra do Mota sobre o assunto.

É Mota Amaral escondido, com "ele" de fora.

Este Governo é o eclipse de si próprio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O que este Governo é e o que este Governo nos promete, torna tão acentuada a distância entre o possível e o desejável que nem a mais benevolente condescendência, pode tornar desejável o estreito campo de possibilidades que ele oferece aos Açores, aos açorianos e à autonomia.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para uma intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No início desta intervenção quero saudar Vossa Excelência, Sr. Presidente, bem como o novo primeiro Vice-Presidente e desejar-vos um bom trabalho a bem da dignificação desta instituição parlamentar, na linha do anterior Presidente, que agora preside ao Governo Regional e a quem saúdo, como a todo o executivo.

Desejar-vos um bom trabalho é certamente querer o melhor para os Açores.

No encerramento do debate deste Programa do VI Governo, o primeiro na História da Autonomia Democrática que não é presidido pelo Dr. João Bosco Mota Amaral, é

meu dever que cumpro com verdadeiro sentido de justiça - prestar homenagem à figura política que presidiu aos anteriores executivos regionais.

Os políticos julgam-se pelo serviço que prestam à sua terra e ao seu povo.

Em democracia, sobretudo nos cargos mais elevados, serve como político quem é desejado pelo povo.

Assim aconteceu com o Dr. Mota Amaral, que recolheu sempre a confiança maioritária dos eleitores nos inúmeros actos eleitorais em que esteve directamente em julgamento.

Com indiscutível dedicação, irrepreensível honestidade, agarrado aos valores morais e éticos que perfilha, servido por convicções fortes e com um estilo de vida humilde, o Dr. Mota Amaral, com o seu sentido estratégico, a sua visão política e o seu prestígio pessoal, deu o melhor de si e da sua vida à causa da Autonomia.

Sob a sua liderança política os Açores conheceram a grande mudança qualitativa.

Soube, qualidade não muito comum nos políticos, sair com inteligência.

Não porque o prestígio lhe falte, olhe-se para o seu desempenho na Assembleia da República, mas porque entendeu que era preciso mudar.

E eis que temos aqui hoje um Governo novo.

Num sistema de governo parlamentar como o nosso, o executivo emana do parlamento e forma-se em função da sua composição partidária.

O PSD mantém intacta e coesa a sua maioria parlamentar e esta Assembleia goza a plenitude da sua legitimidade democrática.

Foi por isso que o PSD fez a transição do V para o VI Governo Regional de forma rápida e serena, cumprindo o desejo de estabilidade manifestado nas eleições de 1992 e acautelando o que considera ser um valor da convivência democrática e uma condição para o desenvolvimento.

Ao invés, o Partido Popular e o Partido Comunista reclamaram eleições antecipadas, incorrendo numa profunda contradição com o discurso que incessantemente usam da prevalência do Parlamento sobre o Governo, ignorando o Estatuto da Região e descurando a estabilidade política, que não é terreno fértil para as suas egoístas pretensões político-partidárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este Governo Regional não assume a ruptura com o passado, porque tem uma origem eleitoral comum à do anterior executivo.

Um partido de projecto, como é o PSD, que viu os seus princípios e as suas opções votadas maioritariamente nas eleições de 1992, não deve, no mesmo quadro parlamentar, negar o núcleo essencial do seu Programa de Legislatura.

Não faz sentido negar institucionalmente aquilo que o povo aceitou eleitoralmente.

Isso não significa que este Governo Regional ou o seu Presidente sejam cópias imperfeitas do original ao qual o PS lembrou, neste debate, ter-se oposto.

Mas o PS não necessita de reavivar as nossas memórias do seu passado de oposição ao PSD, porque essa é a sua História, da qual parece não conseguir livrar-se, como se de um destino imutável se tratasse.

Um Governo novo, na personalidade diferente do seu líder, na sua reformulação orgânica, em alguns casos com outros titulares, muitas vezes com outros métodos e com uma postura parlamentar própria, mereceu, no decurso deste debate, reacções diferentes por parte dos Deputados da oposição.

Muitas vezes ouvimos exclamações positivas, congratulações, concordâncias, reacções afáveis, palavras de aprovação relativamente à postura parlamentar deste executivo muitas vezes antecidas da expressão "...pela primeira vez...".

Concluiu-se, portanto, que este Governo, afinal e ao contrário do que afirmou o líder socialista, é um Governo diferente, pelo estilo do seu Presidente e pelos métodos que imprimiu ao seu executivo.

Ou o discurso do líder do PS traiu as reacções espontâneas de alguns dos seus Deputados, ou os Deputados autores das mesmas contrariaram as conclusões do seu líder.

Enfim, contradições de um debate parlamentar.

O PS confessou ter sofrido uma certa expectativa inicial em relação ao Programa do Governo que, depois, se prolongou para a apresentação do documento por parte do Presidente do executivo e, finalmente, para o debate que teve lugar.

Em suma, pretendeu dar a ideia de que ia ouvir para decidir.

Nada mais falso.

O PS sempre esteve predisposto a fazer a mesma oposição de sempre, embora perante realidades parcialmente diferentes.

É a cultura de oposição que prevalece sobre uma verdadeira postura de alternância.

Não se espera nem se deseja que a oposição concorde com as grandes opções deste Governo, mas não se aceita sem um reparo, que o Partido Socialista tenha entrado neste debate com a falsa aparência de expectativa, quando sempre teve o desejo de combater este Programa e este Governo, porque afinal são do PSD.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não é bem assim!

**O Orador:** Esta versão de oposição estudiosa e responsável, servida por um líder com a chamada postura de Estado, quando é evidente a sua indisfarçável cultura de oposição, onde prevalece estar e ser contra, a tentar ser alternativa, é um esforço inglório.

O líder do PS é, esse sim, uma cópia, neste caso perfeita, do seu próprio passado, uma vez como líder, outros como número dois, outras como número três, mas sempre no pelotão da frente das responsabilidades socialistas.

O PS apresenta-se para o futuro com uma figura do passado, do seu passado, de um passado de insucesso eleitoral socialista.

É o PSD que está a mudar e que muda mais no poder, do que o PS na oposição.

Os Estados Gerais revelam mais duas cópias.

Por um lado, copiam-se os métodos do Eng. Guterres, esquecendo-se que, mesmo que a imitação fosse perfeita, os resultados nos Açores seriam, a avaliar pelas últimas eleições, insuficientes para o PS e Vitoriosas para o PSD.

Por outro lado, o PS, a avaliar pelo Comunicado Final da Reunião da sua Comissão Regional, realizada ontem, nesta cidade, apresenta a expressão genérica " **UMA NOVA AUTONOMIA** " como síntese da sua orientação política.

Estamos perante mais uma cópia, desta vez mais que perfeita, um verdadeiro plágio, talvez não intencional, do título da Moção Global de Estratégia que a JSD apresentou no seu Congresso de Abril último.

*Risos da bancada do PS.*

**O Orador:** Mais do que isso, "**UMA NOVA AUTONOMIA**" foi o slogan do Congresso da JSD, tornado público através de todos os órgãos de Comunicação Social da Região.

Eis como o slogan dos Estados Gerais do PS é a cópia exacta do título da Moção de Estratégia da JSD e do seu slogan de Congresso.

O líder do PS/Açores disse na sua intervenção que proferiu sexta-feira durante o debate do Programa do Governo e hoje isso foi repetido pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa e cito "Descanse o PSD e o Governo: nós somos diferentes".

Pois é, foi isso que sempre nos descansou e é por isso é que sugerimos que mudem a designação dos Estados Gerais para que continuemos saudavelmente a ser diferentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Argumentou-se diversas vezes, tentando fragilizar este Governo, com o pouco tempo de vida que esta legislatura lhe reserva.

Ninguém tem dúvidas que este executivo será julgado pelo tempo que governa e alguns Srs. Deputados até lhe anteciparam essa desculpa, que o Governo delicadamente, porque convicto das suas capacidades, recusou.

Para os problemas dos Açores e dos açorianos, sobretudo para os problemas sociais mais graves, quase um ano até pode ser muito tempo e pode, acima de tudo, ser tempo de esperança.

O tempo não vai limitar as razões do governo, nem encurtar os princípios do projecto. Para o PSD é certo que o VI Governo Regional vai governar os Açores até às próximas eleições regionais e para isso terá o apoio coeso, convicto e determinado do Grupo Parlamentar Social-Democrata.

Eis, pois, como este governo tem a certeza do seu tempo, coisa que o Governo da República não tem e, nem por isso, é um governo fragilizado.

O PS saiu vitorioso das últimas eleições legislativas nacionais e assumiu funções governativas.

Aprovado o Programa de Governo liderado pelo Primeiro-Ministro Eng. António Guterres, é tempo de começar a cumprir o seu compromisso com os eleitores.

Na sequência de inúmeras promessas feitas em campanha eleitoral e de inúmeras referências às Regiões Autónomas, nem todas abonatórias e muito menos justas, o



Governo da República apresentou um Programa que não contempla todas as promessas eleitorais do PS em relação aos Açores.

Contudo, no debate na Assembleia da República, o Primeiro-Ministro assumiu todas as promessas feitas e tem, por isso, o benefício da dúvida.

A posição do PSD face ao Governo da República terá em conta o compromisso eleitoral do PS e os interesses dos Açores, numa atitude responsável e dialogante.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** São coisas coincidentes!

**O Orador:** Não aprendemos muito com a oposição nos Açores e prometemos, também aqui, ser diferentes.

Fica, contudo, um aviso - o diálogo institucional a praticar é entre o Governo da República e o Governo Regional e não entre o Governo da República e o PS/Açores.

O PS tem uma inegável e desejável responsabilidade no concerto de posições sobre a Autonomia como Projecto nacional.

Mas rejeitamos e censuraremos a partidarização do Estado, que pode revelar-se como o clientelismo dos clientelismos, com intuitos eleitoralistas e desrespeitadores das legítimas instituições regionais.

O PSD não dialoga só quando precisa, nem coopera com a oposição só quando dela necessita.

Não é essa a atitude deste Grupo Parlamentar e isso pode provar-se em diversas situações, nomeadamente nas eleições da Mesa deste Parlamento.

A este título o PS é que cooperou muito mais quando precisou do PSD e quase nada quando não necessitou do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Durante este debate, o Governo assumiu a maior transparência, nomeadamente quanto à tão propalada dívida pública da Região.

Como em diversas oportunidades afirmei nesta Câmara, não vale a pena esconder no discurso o que aparece na acção.

É, sobretudo, o crescimento da dívida que é preocupante e não o nível de endividamento dos Açores comparado com os padrões europeus, como bem foi reafirmado pelo Governo.

O discurso dramático que alguma oposição persiste em fazer sobre esta matéria, tem claros intuitos políticos e não é certamente resultante de um estudo comparado, mas de uma necessidade política.

O que é imprescindível é que o endividamento se faça por boas razões, para fortalecer a economia e para dar resposta a inquestionáveis preocupações sociais.

Se os Açores se endividam por fortes razões de futuro, então as novas gerações compreenderão esse esforço.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

São os Homens que dão corpo às instituições e que as podem prestigiar e não tenho dúvidas que Vossa Excelência, Senhor Presidente do Governo, vai honrar o importante cargo que ocupa, com a humildade, mas também com a determinação que todos lhe reconhecemos.

Este Governo vai operar mudanças e vai surpreender.

Vai governar bem.

A oposição está muito mais parecida com o passado do que o PSD.

Sabemos interpretar os sinais dos tempos.

No governo e no PSD.

As mudanças que o PSD está a operar têm um verdadeiro sentido estratégico e um grande sentido de oportunidade.

Não negam o passado do qual nos orgulhamos, visam, isso sim, conquistar o Futuro.

O VI Governo Regional vai servir bem os açorianos e fortalecer a Autonomia e vai ajudar o PSD a responsabilizar-se pelo VII Governo Regional.

A pensar nos Açores. Como Sempre fizemos !

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Madruga da Costa):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No encerramento do debate sobre a proposta do Programa do VI Governo, vou procurar ser muito breve, porque me parece que tudo o quanto havia para ser dito, já o foi.

Durante estes dias ocupámos no debate e na reflexão sobre o documento que aqui foi apresentado pelo Governo, que incluía as suas propostas para este ano de mandato que tem pela sua frente, e que desde logo aceitou como base de trabalho sem nada rejeitar aquilo que vinha do compromisso eleitoral do Partido Social Democrata do qual emana, e também o programa do próprio V Governo que esta Assembleia em 1992 debateu e aprovou.

Nestes dias, várias foram as intervenções que se proferiram sobre aspectos de política geral, política sectorial, aspectos sociais, económicos e financeiros da Região, cobrindo-se toda a actividade do Governo e também toda a sua actuação de Santa Maria ao Corvo.

Procurou a oposição, sistematicamente encontrar caminhos, salvo raras e honrosas excepções que me apraz registar, para fazer recuar este programa para aquilo que foi o programa do V Governo, procuraram fazer recuar este documento para a prática governativa do Partido Social Social Democrata ao longo destes 20 anos de poder na Região, penso no entanto, que a tudo, quer o Partido Social Democrata que aqui suporta o Governo, quer os membros do Governo, foram a pouco e pouco dando resposta.

Essas respostas foram dadas com toda a abertura e com toda a transparência e parece que essa abertura e transparência com que este Governo se aproxima desta Casa, começa a ser um pesado incómodo para a oposição.

Parece que a oposição nesta mudança de Governo a nível nacional que promete tanto diálogo, o que lhe interessaria era encontrar na Região alguém que fosse incapaz no diálogo, que se fechasse, que não quisesse a transparência, que quisesse por todas as formas fugir ao confronto de ideias, aberto, leal e correcto. Este Governo está rigorosamente disposto a dialogar, a abrir-se, a ser transparente e a ser directo no confronto e no debate de ideias. A isso não nos furtaremos. E ficam os Srs. Deputados e o povo dos Açores por vosso intermédio a saber que, em nenhuma

circunstância, o diálogo se fechará por razões que sejam assacadas aos responsáveis pelo Governo Regional. Isto já fica claramente estabelecido.

Poderão aqueles que semearam esperança, abriram caminhos e prometeram coisas ver-se confrontados com a posição de as ter que adiar, mas não será esse o nosso problema. O nosso problema é porfiar por defender os interesses dos Açores.

Desta transparência e abertura ao longo destes dias, foi-se dando prova nesta Casa, desde logo no fornecimento de elementos quando nos deram 24 horas para apresentar listagens sobre a concessão de incentivos a empresas da Região e também a manutenção de postos de trabalho, ao fim de 24 horas os documentos encontravam-se ali em cima.

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** É vossa obrigação!

**O Orador:** Eu não sei Sr. Deputado, nem vou discutir se esses documentos serviram ou não para estudar. Penso que serviram e por eles se prova que nenhuma circunstância daquelas em que foram atribuídos subsídios e incentivos, eram legalmente incompatíveis.

Pode-se discutir se serão mais ou menos justificados, mas legalmente nenhum dos incentivos que foi atribuído é incompatível e que isto fique claro e fique aqui dito, porque outro dia, infelizmente, não houve tempo para se dar conta deste trabalho. Curiosamente, ao invés, quando o Partido Social Democrata foi acusado de clientelismo, quando foi acusado de que é necessário ter um cartão partidário para se concorrer a uma empresa pública, a um serviço do Estado na Região ou a um serviço da Administração Regional, quando se pediu indicações, nomes, casos, ainda estamos à espera que eles apareçam e que sejam desvendados.

*Vozes do PSD:* Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Vocês não calam a voz do povo!

**O Orador:** Também houve oportunidade de provar aquilo que na opinião pública se procurou apresentar como sendo um grande aumento de um quadro de uma Secretaria

Regional que resulta da fusão de duas Secretarias, a Secretaria da Economia e a Secretaria da Juventude e Emprego, e que dessa fusão resultavam 70 lugares de chefia. Esses lugares foram reduzidos em cerca de 20 e aqui se apresentavam como se a nova orgânica tivesse criado novos vinte lugares. Nada demais enviesado para querer levar e provar situações que têm sempre a ver com uma questão aqui há pouco afluída pelo Sr. Deputado Paulo Valadão como o problema do emprego e dos serviços públicos da Região.

Queremos ao mesmo tempo garantir o emprego, a existência de serviços públicos, um serviço de qualidade aos nossos concidadãos desde Santa Maria ao Corvo e depois reclamamos claramente que tudo seja reduzido.

Srs. Deputados, temos que nos definir.

Eu concedo o seguinte: uma coisa são serviços públicos, dotados de pessoal e técnicos para poder dar resposta capaz aos nossos concidadãos, outra coisa poderá ser eventualmente menos parcimónia nos gastos, menos contenção de custos, menos rigor da administração, tudo isto eu concedo. O que não posso de maneira nenhuma conceder é que, ao mesmo tempo, queiramos os serviços públicos em todas ilhas e queiramos ao mesmo tempo não ter serviços públicos.

A panaceia da sua concessão a terceiros e a empresas públicas, bom, o que não faltam são publicações de concursos públicos para a realização das mais diversas tarefas e aquilo que se sabe é que é cada vez mais vontade deste Governo avançar para a privatização e para a passagem das suas participações num sem número de empresas para o sector privado.

Chegaríamos aqui a um ponto que parece-me ser urgente e necessário referir, ou seja, o problema das finanças regionais. Esta foi sem dúvida uma área em que houve durante estes dias um dos mais interessantes debates, entre a Sra. Secretária das Finanças e alguns dos Srs. Deputados mais dados às coisas da economia e finanças.

O que não ficou demonstrado foi que no ano cedente e as questões financeiras da Região fossem menos bem tratadas.

Como já disse, admito que seja possível introduzir austeridade na administração pública. Admito que é possível introduzir mais parcimónia.

Agora olhando o orçamento da Região, vejo que há um conjunto de agregados que dizem respeito a despesas com o pessoal que têm os seus vencimentos - e estou plenamente de acordo com o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro quando diz que os vencimentos têm que ser iguais ao todo nacional e não se devem criar vencimentos menores para os açorianos - o cálculo do orçamento regional nesta matéria, é feito pelo número de lugares vezes o x do vencimento, vezes 14 vezes por ano que é o que um funcionário da administração pública recebe. Esses números são rigorosos, não têm saída, o lugar do quadro, vezes o vencimento, vezes 14. O somatório disto dá o agregado da responsabilidades do orçamento pelo pessoal.

Depois disto fica-nos, em termos das despesas correntes, a renda da casa, a água, a luz, os telefones, os encargos com os subventes, algumas situações que têm a ver com alguns encargos que derivam de rubricas orçamentais quase residuais para atender a custo com o pessoal ou outros e é aqui que podemos, eventualmente, exercer a nossa acção de poupança, porque o resto do orçamento, sabem os Srs. Deputados, são despesas de capital em que também podemos fazer opções e é possível, eventualmente, este ano não avançar no equipamento de uma determinada secretaria ou na remodelação de um determinado equipamento e depois são as despesas do plano, ou seja, aquelas que são postas à consideração dos Srs. Deputados e derivam dos encargos que vêm por obras e por investimentos que estão em curso, e aquelas que derivam da situação de novas obras que são reclamadas quer pelos deputados que suportam o Governo, quer por todos os deputados da oposição e aqui bastas vezes temos visto serem reclamadas.

Oxalá que pudéssemos atender a todas, só que isto joga com aquilo que são as receitas próprias da Região assim chamadas, que são aquelas que podemos arrecadar directamente, são aquelas que estão estabelecidas nas diversas conversações e encontros com os serviços próprios do Ministério das Finanças e que são negociadas ano após ano, são aquelas que derivam das transferências do Estado e que constitui aquela parcela do endividamento regional.

Quando nos referimos ao endividamento a dizer que há outras saídas, pois há. Sempre que encontramos um interlocutor do outro lado que esteja disposto a dar

mais, há sempre mais uma saída, mas quando o interlocutor se fecha que havemos de fazer? Cruzar os braços?! Deixar afundar?! Parar?!

Eu pertenço a uma geração que viveu nestas ilhas demasiado tempo parado! E eu não estou disposto, enquanto responsável político e enquanto homem e cidadão destas ilhas, a deixar às gerações vindouras aquilo que nos deixaram à maioria de todos nós! É um endividamento, pois seja o endividamento!

É preciso ir buscar mais, vamos buscar mais!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo apresentou-se com abertura e com transparência.

Vai continuar aberto ao diálogo com os Srs. Deputados, com a sociedade civil, com os órgãos de soberania.

Nunca fecharemos portas!

Sempre estaremos abertos a conversar e a trabalhar, porque o nosso trabalho é por uma causa, o nosso trabalho não é pelo poder, por si mesmo, nem é por nada que não seja o engrandecimento dos Açores, do nosso País e o bem do nosso Povo!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Aplausos de pé das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados encerrado o debate sobre o programa do Governo, vamos proceder à votação e informo a Câmara que pretendo usar o meu direito de voto.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta do programa apresentado pelo VI Governo Regional dos Açores, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa do VI foi aprovado, na generalidade, com 24 votos a favor do PSD, 13 votos contra do PS, 1 voto contra do PP e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Srs. Deputados, aprovado o programa do VI Governo, está o executivo na plenitude das suas funções.

Desejo ao Sr. Presidente e aos Membros do Governo as maiores felicidades para a execução deste programa, visando sempre o progresso e o bem estar da nossa terra.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Recomeçaremos às 17.45 horas.

*Eram 17.15 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 18.10 horas.*

Vamos passar ao ponto 2 da ordem do dia que se refere à leitura dos relatórios das Comissões, ao abrigo do artigo 119.º do Regimento.

Eu pedia ao relator da Comissão de Organização e Legislação o favor de proceder à leitura do respectivo relatório.

**Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

*(Ante-Período Legislativo de Novembro de 1995)*

## **CAPITULO I**

### **Introdução**

1 - A Comissão Permanente de Organização e Legislação tem na presente data a seguinte composição:

#### **a) Do Partido Social Democrata (PSD)**

Deputada Ana Carolina

Deputado Carlos Silva

Deputado João Manuel Cunha

Deputado José Manuel Nunes



Deputado José Maria Bairos

Deputado Rui Melo

**b) Do Partido Socialista (PS)**

Deputado António Gomes

Deputado António Silva Melo

Deputado Duarte Pires

Deputado Hélio Pombo

Deputado Ricardo Barros

Deputado Rogério Serpa.

2 - A Mesa da Comissão tem a seguinte Composição:

**Presidente** - *Deputado António da Silva Melo*

**Relator** - *Deputado António Gomes*

**Secretário** - *Deputado João Manuel Cunha.*

3 - No decurso do Ante-Período de Novembro a Comissão visitou e reuniu nos dias 2 e 3 do supracitado mês, nas instalações da Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores da ilha da Santa Maria, para dar cumprimento à alínea h) do artigo 56º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e analisar a Proposta de Alteração ao mesmo Regimento, apresentada pelo Partido Socialista.

4 - Na acima mencionada reunião os senhores Deputados Hélio Pombo, António Gomes e Duarte Pires do Partido Socialista, bem como os senhores Deputados Ana Carolina Gomes, Carlos Silva e Manuel Amaral do Partido Social Democrata faltaram justificadamente.

5 - Os senhores Deputados do PS Ricardo Barros e Rogério Serpa foram substituídos pelos senhores Deputados José Humberto M. Chaves e Nélia Maria Coutinho Figueiredo, respectivamente.

## **CAPITULO II**

### **Exercício das Competências previstas no artigo 56.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores**

1 - A Comissão, no âmbito da competência prevista na alínea h) do supracitado artigo, visitou as instalações da Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores da Ilha de Santa Maria e dará cópia da respectiva situação ao Plenário, num relatório específico a elaborar depois da visita às restantes Delegações.

2- De acordo com o estipulado na alínea f) do acima referido artigo, a Comissão continuou a apreciação da Proposta de Alteração ao Regimento e deliberou solicitar a Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores o seu adiamento para o Plenário de Março.

### **CAPITULO III**

#### **Trabalhos pendentes**

A Comissão decidiu continuar a apreciação da Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores no próximo período legislativo.

Santa Maria, 3 de Novembro de 1995.

**O Relator em exercício,** *José Humberto Chaves*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente,** *António Silva Melo.*

**Presidente:** Algum Sr. Deputado pretende intervir sobre este relatório?

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, passamos ao relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais. Pedia ao seu relator o favor de o apresentar.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, nos termos do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

*(Ante-Período Legislativo de Novembro de 1995)*

**CAPÍTULO I**

Introdução

1. A Comissão é constituída pelos seguintes Deputados:

**a) Partido Social Democrata (P.S.D.)**

- Rui Carvalho e Melo - Presidente
- Fátima Oliveira - Relatora
- Ana Gomes da Silva
- Rosa Machado
- Homem de Gouveia
- Carlos Morais
- Mark Marques

**b) Partido Socialista (P.S.)**

- Nélia Figueiredo - Secretária
- Francisco Sousa
- Fernando Fonte
- Lisete Silveira
- José Nascimento Ávila

**c) Partido Comunista Português (P.C.P.)**

- Paulo Valadão

2 - a) A Deputada Fátima Oliveira foi substituída nos dias 9, 10 e 11 de Outubro pelo Deputado Rui Luís e nos dias 23, 24 e 25 de Outubro pelo Deputado Gonçalo Botelho.

b) A Deputada Nélia Figueiredo foi substituída nas reuniões, dos dias 9, 10 e 11 de Outubro pelo Deputado Francisco Oliveira.

c) O Deputado Álvaro Manito participou nas reuniões dos dias 24 e 25 de Outubro, ao abrigo do artigo 117.º do Regimento.

## **CAPÍTULO II**

### **Trabalhos Realizados**

1. A Comissão apreciou, discutiu e deu parecer favorável aos seguintes diplomas:

a) Ante-Proposta de Lei nº 2/95 - "Medidas excepcionais tendentes a minorar os efeitos sócios-económicos da redução da presença do Destacamento das Forças dos Estados Unidos, na Base das Lajes";

b) Proposta de D.L.R. nº 10/95 - "Novo Regime do Conselho Regional de Consertação Social";

c) Proposta de Resolução nº 11/95, de 30 de Março de 1995, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

2. Na sequência da análise do projecto "Prevenção e Tratamento da toxicodependência", a Comissão decidiu solicitar pareceres a diversas Instituições e Entidades.

3. A Comissão também solicitou pareceres às associações de Rádios de Inspiração Cristã (ARIC) e Associação Portuguesa de Rádios, sobre a Proposta de Resolução "Concurso Público para Atribuição de Alvarás de Licenciamento para o Exercício da Actividade de Radiodifusão".

## **CAPÍTULO III**

### **Trabalhos Pendentes**

A Comissão tem pendentes para emissão de parecer as seguintes Propostas:

- Proposta de Resolução "Concurso Público para Atribuição de Alvarás de Licenciamento para o Exercício da Actividade de Radiodifusão".
- Projecto de Decreto Legislativo Regional "Prevenção e Tratamento da Toxidependência".

## CAPÍTULO IV

### Programação de Trabalhos

A Comissão, continuará a apreciar as propostas referidas, no capítulo anterior, no ante-período legislativo de Janeiro.

Ponta Delgada, 25 de Outubro de 1995.

**O Relator em Exercício, Mark Marques**

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente, Rui Carvalho e Melo.**

**Presidente:** Algum Sr. Deputado pretende intervir sobre este relatório?

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, pedia ao Sr. relator da Comissão de Economia, Finanças e Plano o favor de apresentar o respectivo relatório.

**Deputado Rui Luís (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

*(Ante-Período Legislativo de Novembro de 1995)*

## CAPÍTULO I

### Introdução

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, é constituída pelos seguintes deputados:

#### **Partido Social Democrata (PSD)**

- Victor Evaristo (Presidente)
- Rui Luís (Relator)
- António Almeida
- Gaspar da Rosa
- Gastão Pacheco
- Humberto Melo
- Manuel Brasil

#### **Partido Socialista (PS)**

- Francisco Oliveira (Secretário)
- Dionísio Sousa
- Mário Machado
- Fernando Lopes
- Manuel Serpa

#### **Deputado Independente**

- Manuel António Martins

## CAPÍTULO II

### Generalidades

1 - No decorrer deste ante-período legislativo a Comissão reuniu no dia 9 de Novembro na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta.

2 - Na reunião acima referida, o deputado Humberto Melo foi substituído pelo deputado Gonçalo Botelho e os deputados Mário Machado e Manuel António faltaram justificadamente.

### **CAPÍTULO III**

#### **Trabalhos Realizados**

A Comissão analisou e aprovou a Proposta de Decreto Legislativo Regional referente ao acréscimo do limite de endividamento, para a emissão de um empréstimo obrigacionista que visa saldar a dívida da Região à Caixa Geral de Depósitos.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Trabalhos Pendentes**

1 - Proposta de Resolução nº 15/94 - "Conta da Região Autónoma dos Açores referente a 1993".

2 - Proposta de Dec. Leg. Reg. nº 8/95 - "Criação de uma linha de crédito de curto prazo para a agricultura".

3 - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 12/95 - "Estabelecimento de medidas cautelares para a bacia hidrográfica da Lagoa das Furnas".

Horta, 9 de Novembro de 1995.

**O Relator, Rui Luís.**

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente, Victor Evaristo.**

**Presidente:** Algum Sr. Deputado pretende intervir sobre este relatório?

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, passamos ao relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Pediria ao seu relator o favor de o apresentar.

**Deputado Manuel Gil Ávila (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão Permanente de Política Geral e Assuntos Internacionais, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

*(Ante-Período Legislativo de Novembro de 1995)*

## **CAPÍTULO I**

### **GENERALIDADES**

1- A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais é constituída pelos seguintes deputados:

**a) Do Partido Social Democrata (PSD)**

- Deputado Jorge Valadão dos Santos (Presidente)
- Deputado José Maria Bairos (Relator)
- Deputado Manuel Amaral
- Deputado Jorge do Nascimento Cabral
- Deputado Manuel Gil Ávila
- Deputado José Aguiar



- Deputado Artur Martins

**b) Do Partido Socialista (PS)**

- Deputado Rui Pedro Ávila (Secretário)

- Deputado José Humberto Chaves

- Deputado Fernando Menezes

- Deputado Duarte Pires

**c) Partido Popular (PP)**

- Deputado Alvarino Pinheiro

**d) Partido Comunista Português (PCP)**

- Deputado Paulo Valadão

2 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, reuniu nos dias 12, 13 e 14 de Setembro para efectuar uma visita de trabalho à Ilha do Pico, no cumprimento da alínea e) do artigo 57º do Regimento da Assembleia.

3 - Os deputados do PSD, Manuel Gil Ávila e Artur Martins, foram substituídos pelos deputados Gaspar da Rosa e Carlos Morais.

4 - Os Deputados do PS, Duarte Pires e José Humberto Chaves, foram substituídos pelos deputados Hélio Pombo e Manuel Serpa.

5 - O Deputado Alvarino Pinheiro, do Partido Popular, faltou justificadamente.

## **CAPÍTULO II**

### **Trabalhos Realizados**

1 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais nos dias 12, 13, e 14 procedeu a diversas audições, cujos relatórios vão anexos ao relatório 119º.

2 - A Comissão deslocou-se à residência do autor da petição, Sr. Francisco Tomé, sobre "Indemnizações causadas por temporais", tendo constatado o falecimento do mesmo pelo que, informou os herdeiros das deligências a efectuar para que retomem a iniciativa.

## CAPÍTULO III

### Trabalhos Pendentes

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais tem pendente para apreciação, o seguinte:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional "Processo de Pronúncia, Acompanhamento e Apreciação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores sobre a Participação da Região na Construção Europeia " .

Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 13 de Novembro de 1995.

**O Relator,** *José Maria Bairos*

O presente relatório e seus anexos foram aprovados por unanimidade.

**O Presidente,** *Jorge Valadão dos Santos.*

---

### AUDIÇÃO À DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MADALENA

No dia 12 de Setembro pelas 10 horas a Comissão reuniu com o Presidente da Direcção e com o Comandante Operacional da Associação dos Bombeiros Voluntários da Madalena.

Tem cerca de 300 sócios que pagam a quota mensal de 300\$00.

A Associação tem 43 bombeiros no activo, quatro funcionários, afectos ao serviço de ambulância, um quarteleiro, um funcionário administrativo e um funcionário de limpeza.

Funciona 24 horas por dia, sendo garantido o serviço, das 7.30 às 20.00 horas, pelo quarteleiro e respectivo pessoal afecto às ambulâncias, e o restante tempo em regime de voluntariado.

A situação financeira da Associação não é má, apesar de terem recorrido a um empréstimo bancário pelo período de dois anos.

A Câmara Municipal atribui um subsídio mensal de 125.000\$00, recebendo da Inspeção Regional dos Bombeiros um subsídio anual de 150 contos por viatura, desde que tipificado.

Do equipamento da Associação faz parte como veículos tipificados 2 auto-tanques pesados, 1 pronto-socorro médio, 2 auto-macas (1 de empréstimo da Cruz Vermelha), 1 veículo de transporte pessoal ligeiro, e como veículos não tipificados 1 Ford Auto-Tanque e 1 Hunimog, tendo sido lançado o concurso para a aquisição de mais 1 ambulância e 1 auto-sapador.

A Cofaco tem colaborado com os Bombeiros a nível de oficina.

Quanto à receita gerada pela Associação, há serviços pelos quais cobram dinheiro, como o abastecimento de água ao Concelho mas, com a obra de abastecimento de água em curso, tais serviços passaram a ser menos solicitados.

Deste modo, os únicos serviços que geram receitas actualmente são a revisão de extintores e a vistoria das balsas.

A Associação em ligação com as outras duas Associações da Ilha mantém, com o objectivo de prevenção a incêndios, um piquete no sopé da montanha, tendo ainda celebrado um protocolo com a Secretaria Regional do Turismo, pelo qual mantém no local onde se pode iniciar a subida a pé à Montanha dois homens das 7 às 21 horas, até ao final de 1995, podendo, eventualmente, ser repensado no futuro porque se trata de uma experiência piloto.

O objectivo desta experiência é o apoio a prestar ao turista que pretenda subir ao Pico, ao mesmo tempo que permite fazer um balanço estatístico do número de pessoas que sobem à Montanha, a par da função preventiva do combate a qualquer fogo que deflagre.

Por virtude deste protocolo cada uma das Associações recebeu da Secretaria Regional do Turismo um subsídio mensal de 150 contos, bem como algum equipamento, em rádio e a disponibilidade de uma viatura.

O serviço 115 é prestado pelos Bombeiros.

Relativamente à protecção civil é muito difícil a cobertura via rádio da Ilha por ser montanhosa, havendo, no entanto, número de rádios disponíveis para uma primeira actuação.

A associação dispõe de 50 cobertores e 50 colchões e de 10 tendas.

No entanto, a Comissão local da Protecção Civil não funciona.

Por outro lado, não dispõe a Associação de quaisquer meios de apoio em caso de sinistro no mar, mas há perspectiva de obterem a breve prazo alguns meios, concretamente um semi-rígido.

Esta preocupação por parte da Associação é justificada, atendendo que o Porto da Madalena é dos mais movimentados em termos de passageiros.

No que concerne às instalações da Associação, são relativamente exíguas para as suas necessidades, embora estejam em bom estado de conservação.

Tal situação de exiguidade agravar-se-á com a recepção dos dois novos veículos, pelo que será imperioso proceder à ampliação das instalações, sob pena dos mesmos serem guardados em parque descoberto.

---

## **AUDIÇÃO AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA**

A Comissão foi recebida nos Paços do Concelho pelo senhor Presidente da Câmara e vereador que exprimiram a sua satisfação pela presença da Comissão, proporcionando à Autarquia expôr os seus problemas e dificuldades no desenvolvimento do Concelho.

Foi referido que o relacionamento com o Governo decorre normalmente, sendo de relevar todo o apoio efectuado pela D.R.O.A.P. ao nível do apoio técnico.

**P.D.M. - O Plano Director Municipal** está inserido num projecto intermunicipal prevendo-se a sua conclusão para finais do corrente ano.

**Aterro Sanitário** - Todo o projecto foi sujeito a alguns atrasos devido à dificuldade na sua localização. Neste momento o problema encontra-se ultrapassado e o arranque da obra está dependente da inscrição de verbas no PEDRA-A II.

O aterro sanitário do Pico, ficará localizado na zona florestal de S. João.

**Abastecimento de água** - A autarquia tem em curso uma obra de grande envergadura na área do abastecimento de água às populações, obra esta que levará à abertura de dois furos, 10 km de tubagem e a construção de 2 reservatórios. Prevê o Presidente da edilidade que em finais de 1997, todo o Concelho estará coberto pelo abastecimento público.

**Parque Escolar** - Foi efectuado um levantamento de todo o parque escolar do Concelho, sendo quantificadas verbas para a sua recuperação e posterior apoio por parte da Secretaria Regional da tutela.

A autarquia tem realizado um grande esforço na construção de salas para o ensino pré-primário.

**Transportes Aéreos** - Foi referido pelo Presidente da Câmara a necessidade do alargamento da pista do Aeroporto do Pico, o que virá possibilitar uma operação mais segura para os aviões da transportadora regional.

Grandes investimentos na área do turismo na Ilha do Pico, justificam que a ilha seja escalada pelos aviões da TAP, como forma de rentabilizar os referidos investimentos.

**Centro de férias do Inatel** - No ano de 1993, foi lançada a primeira pedra do empreendimento.

Problemas de ordem financeira não permitiram, até ao momento, o arranque da obra.

A autarquia tem envidado todos os esforços no sentido de ser orçamentada verba para a referida construção.

**Associação de Municípios do Triângulo** - O Presidente da Câmara referiu a importância da associação, que tem permitido uma inventariação conjunta dos problemas que afectam as ilhas que compõem a Associação, relevando as áreas de cooperação e divulgação das potencialidades do triângulo.

**Protecção Civil** - O relacionamento com a Associação de Bombeiros tem encontrado algumas dificuldades havendo a necessidade de um maior número de reuniões entre os diversos organismos, desenvolvendo a interligação ideal para que o plano local de protecção civil venha a funcionar em pleno, em caso de catástrofe.

## **AUDIÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE S. ROQUE**

O Presidente da Câmara de S. Roque do Pico deu as boas vindas à Comissão.

Ao nível da cooperação com o Governo Regional, declarou que esta é normal e dentro das possibilidades tem correspondido às solicitações da autarquia.

A D.R.O.A.P. tem colaborado com a autarquia, ao nível do apoio técnico/jurídico.

**Fundo Equilíbrio Financeiro** - O F.E.F. da autarquia é insuficiente para as necessidades de investimento e aliado à legislação nacional que disciplina o endividamento, a autarquia encontra alguma dificuldade de enquadramento, visto as despesas correntes serem elevadas.

A situação financeira da autarquia, é boa.

### **PEDRA-A II**

A autarquia tem apresentado projectos, principalmente, para o abastecimento de água ao Concelho, estando cerca de 80% dos fundos comprometidos para esta obra, sendo insuficiente porque a natureza do terreno no Concelho leva a que este empreendimento tenha custos elevadíssimos.

### **PDM**

O Plano Director Municipal está em fase de conclusão.

**Protecção Civil** - A Comissão local de protecção civil está formada e efectua-se o levantamento total das infraestruturas a serem utilizadas em caso de catástrofe.

Dispõe de rádios e diverso equipamento que se encontra nos bombeiros.

Até ao momento não foram efectuados exercícios junto das escolas do Concelho.

**Electrificação do Concelho** - O Presidente da Câmara referiu que a rede eléctrica do Concelho é antiga, tendo já sido programada a sua substituição.

A autarquia está preocupada com a intransigência da EDA em não estender a rede eléctrica para novas zonas urbanizáveis, criadas pela autarquia, o que resulta na cobrança por parte da EDA de todo o serviço de electrificação em rede, para as referidas urbanizações, resultando do facto custos altíssimos para os moradores.

Entende a autarquia que a EDA-EP, deve estudar a actual malha urbana do Concelho e estender a rede de distribuição, tendo em conta as novas urbanizações.

---

## **AUDIÇÃO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE S. ROQUE DO PICO**

A Associação foi fundada em 1948 tendo ao fim de alguns anos cessado a sua actividade.

Reiniciou a sua actividade no ano de 1978, nas antigas instalações.

A associação tem 666 sócios, e uma corporação composta por 25 bombeiros, sendo 7 a tempo inteiro.

O novo quartel foi construído no ano de 1984, sentindo-se actualmente falta de espaço para todo o equipamento existente, tendo já sido solicitado apoio para a ampliação do actual quartel, ampliação esta, só possível a partir do momento em que todos os Concelhos da Região disponham de instalações.

**Parque de viaturas** - A Associação dispõe de:

2 Auto-tanques

1 pronto-socorro

1 carro de intervenção rápida

1 Ambulância

1 Carro de transporte de pessoal

**Actividade Associativa** - A Associação tem uma grande actividade associativa/cultural junto da população, dispondo de um salão que funciona durante o dia, com salas de bilhar, jornais do País e da Região, sala de televisão e a organização de diversos torneios de âmbito desportivo.

**Relacionamento com a autarquia** - A autarquia apoia a associação com a verba de 450 contos/mês, verba esta que permite o funcionamento da corporação 24 horas/dia, uma vez que a referida verba possibilita a contratação de 3 bombeiros a tempo inteiro.

Em contrapartida a Associação cede as instalações para manifestações culturais e desportivas e o transporte de 500.000 litros de água, conforme as necessidades da autarquia.

**Comissão local de Protecção Civil** - A Comissão está criada e o relacionamento com a Associação é óptimo, estando todas as entidades envolvidas na Comissão disponíveis e organizadas para o caso de necessidade de uma rápida actuação.

**Comunicações** - As comunicações estão bem organizadas e dispõem do equipamento necessário para a interligação entre as diversas associações da Ilha e todas as viaturas da associação.

A Federação dos Bombeiros dos Açores está sediada em S. Roque sendo o Comandante da Corporação o presidente, e o presidente da Associação o tesoureiro, reconhecendo desta forma a boa organização e interligação da associação com a população local, servindo de exemplo como deve funcionar uma associação desta natureza.

---

## **AUDIÇÃO À DIRECÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA NORTILHA**

A cooperativa foi fundada no ano de 1977 e tem 287 sócios.

A sua actividade principal é a compra e venda de produtos agro-pecuários, adubos e equipamentos agrícolas.

A situação financeira da cooperativa é saudável, não tendo dívidas à banca.

Ao nível dos Apoios financeiros por parte do Governo, a cooperativa foi apoiada pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas no valor de 2.000 contos, e pelo Fundo Regional de Abastecimentos na ordem dos 1.390 contos.

A cooperativa tem 3 funcionários a tempo inteiro.

A cooperativa dispõe de uma talho onde é comercializada a carne do gado adquirido aos sócios, retendo a cooperativa uma verba pelo serviço prestado aos sócios pela aquisição, abate e comercialização. O valor retido é diferente em função do lavrador ser ou não sócio da cooperativa.



Ao nível do envolvimento dos sócios na vida da mesma, este é de algum desinteresse, sendo as Assembleias Gerais muito pouco participadas.

O apoio prestado pelo I.R.A.S.C. é quase inexistente, havendo necessidade duma real cooperação, principalmente, ao nível dos projectos a apresentar à U.E. e na área da contabilidade da cooperativa.

---

## **AUDIÇÃO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DAS LAJES**

A Comissão de Política Geral foi recebida pelo presidente e elementos da direcção e pelo comandante da corporação.

O principal problema com que se debate a Associação é a inexistência de instalações próprias e dimensionadas para a sua função, estando instalados num edifício cedido pela Câmara Municipal, muito exíguo.

A Comissão foi informada que o novo quartel será adjudicado no último trimestre de 1995, tendo já recebido um apoio na ordem dos 10.000 contos para o projecto e 25.000 para o início da construção.

A Associação foi fundada em 1981 e conta com 132 sócios.

O corpo de bombeiros conta com 30 voluntários.

A autarquia apoia a Associação através da atribuição de um subsídio no valor de 5.000 contos/ano, apoio este que é empregue no pagamento dos vencimentos do pessoal efectivo, da área operacional e administrativa.

A Associação dispõe do seguinte equipamento:

1 Auto-tanque

1 viatura de primeira intervenção

1 Auto comando

1 Ambulância

A este nível é necessário mais uma ambulância e uma viatura, tipo carro ligeiro, para transporte de sangue destinado a análises, resultado dum sistema rotativo entre os Centros de Saúde da Ilha do Pico, para os utentes que solicitem o serviço de análises

clínicas após as 17 horas, viatura ligeira que evitaria a utilização da ambulância para este serviço.

Ao nível das comunicações a Associação enfrenta alguns problemas, devidos, essencialmente, à topografia do terreno, o que leva que a zona das Lajes seja cerca de 50% escura em termos de comunicações.

---

### **AUDIÇÃO À COOPERATIVA AGRÍCOLA UNIÃO POPULAR**

A cooperativa foi fundada em 1978 e tem 280 sócios.

A sua actividade concentra-se na aquisição e venda de factores de produção, venda de produtos agrícolas e aquisição, abate e comercialização de carne do gado fornecido pelos sócios à cooperativa.

A cooperativa tem dois funcionários a tempo inteiro e 1 em part-time.

A cooperativa está integrada numa união de cooperativas.

Recentemente adquiriu um edifício para instalação dos seus serviços, pelo custo de 42.500 contos, o qual foi pago com fundos próprios da cooperativa.

---

### **AUDIÇÃO À DIRECÇÃO DA COOPERATIVA RÁDIO MONTANHA**

A Cooperativa Rádio Montanha foi constituída no ano de 1991 e conta com 46 cooperantes.

A Rádio Montanha concorreu a uma frequência atribuída ao Concelho das Lajes, não tendo conseguido a mesma por não possuir, na altura, as condições exigidas pela Lei.

Neste momento a Rádio, resultado de investimentos em equipamento, reúne todas as condições tendo solicitado às entidades competentes a abertura de um concurso público para atribuição de frequência, esperando que tal venha a acontecer.

Foi referido que as Lajes, devido à sua localização, é muito mal servida em termos de recepção rádio, tanto pelo serviço público regional, como pelas diferentes rádios privadas.

Em 1992 a Rádio Montanha chegou a emitir, tendo interrompido a sua emissão por ordem das entidades fiscalizadoras.

---

### **AUDIÇÃO À DIRECÇÃO DA COOPERATIVA RÁDIO PICO**

A Rádio Pico é uma cooperativa que conta com 120 cooperantes.

A sede da rádio encontra-se instalada num edifício propriedade da Associação de Bombeiros da Madalena.

Enfrenta esta rádio grandes problemas de cobertura, resultante das características montanhosas da Ilha.

Tal situação apenas seria ultrapassada através da instalação de repetidores cujo custo é demasiado elevado não tendo a cooperativa capacidade financeira para tal.

A Rádio Pico emite em FM. A sua emissão própria estende-se das 8 horas às 22 horas, sendo a restante efectuada com a colaboração da Rádio Comercial, com recurso a antena parabólica.

O maior encargo financeiro da Rádio Pico é com o pessoal. Tem nos seus quadros 4 funcionários polivalentes a tempo inteiro.

A Rádio tenta encontrar um edifício para instalar os seus serviços de forma a melhorar o seu trabalho de rádio em termos de informação e produção.

A Rádio Pico recebe os apoios previstos na legislação tendo em carteira a aquisição de um emissor de forma a aumentar a sua potência e qualidade de emissão.

---

### **AUDIÇÃO À DIRECÇÃO DA COOPERATIVA RÁDIO CAIS**

A Cooperativa Rádio Cais nasceu da vontade de um grupo de pessoas interessadas em desenvolver a vida cultural do Concelho e aproveitar a disponibilidade de pessoas com apetência para a rádio.

A formalização jurídica da cooperativa está em curso, tendo sido solicitado às entidades competentes a abertura do concurso para a atribuição de uma frequência.

Os meios financeiros para a aquisição de todo o equipamento necessário para a Rádio já se encontram assegurado por parte dos cooperantes.

A Cooperativa animada dum projecto de difusão da cultura local, planeia criar um jornal no Concelho, de forma a promover a animação, a informação e fomento à criatividade.

---

## **AUDIÇÃO À DIRECÇÃO DA ADEGA COOPERATIVA VITIVINÍCOLA DO PICO**

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais foi recebida nas instalações da Adega Cooperativa pelo presidente da direcção, tendo transmitido as expectativas da cooperativa para o futuro em face de investimentos em curso e da melhoria da matéria prima, resultante da reconversão da vinha na Ilha do Pico.

A Adega Cooperativa tem 300 sócios cujo empenhamento na vida associativa não é elevado, embora o aparecimento de novos vitivinicultores, tenha vindo, lentamente, a alterar esta situação.

A Adega Cooperativa passou por dificuldades financeiras, principalmente, quando apenas laborava o vinho de cheiro, produto este com grandes dificuldades de colocação no mercado regional, implicando, de imediato, o não pagamento aos cooperantes da matéria prima por estes fornecida, acumulando de ano para ano déficits de exploração. Tal situação obrigou a um longo trabalho efectuado pelos técnicos do S.R.D.A. do Pico, inicialmente na experimentação de novas castas, e numa segunda fase, a informação aos produtores no sentido de se aperceberem das vantagens económicas da reconversão, aliada a um produto de qualidade e de fácil penetração no mercado regional.

Os resultados estão à vista sendo a área reconvertida na ordem dos 200 a 220 hectares.

A reconversão obrigou a Adega a efectuar também uma adaptação ao nível do equipamento e aumento de capacidade de laboração, objectivo este que tem sido conseguido através do apoio da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

No entanto o presidente da direcção informou da grande necessidade da continuação de investimentos, na área do engarrafamento automatizado, evitando possíveis contaminações do vinho produzido, risco este que actualmente existe, devido ao equipamento actual.

As quantidades de matéria prima fornecida, obriga a investimentos para o aumento da capacidade de laboração da cooperativa, ou esta terá que recusar matéria prima, por falta de capacidade. A confirmar esta situação prevê-se para o ano de 1995 a seguinte colheita e posterior laboração:

- 33 toneladas de castas brancas
- 12 toneladas de castas tinto
- 60 toneladas de castas regionais
- 200 toneladas de vinho de cheiro

Para enfrentar este desafio, a direcção da Cooperativa está a preparar um projecto de candidatura ao Programa Comunitário Proagri.

A situação financeira da Cooperativa está controlada não tendo dívidas a fornecedores e toda a campanha de 1994, está paga aos produtores.

A direcção da Cooperativa está confiante no futuro da indústria vitivínicola da ilha do Pico, confiança esta baseada na grande aderência por parte dos produtores à reconversão, pela qualidade do vinho produzido e finalmente pela aceitação por parte do mercado.

**Presidente:** Algum Sr. Deputado pretende intervir sobre este relatório?

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, passamos ao ponto três da nossa ordem de trabalhos relativo a um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão apresentado pelo Partido Popular da Proposta de Resolução sobre o "Apuramento Real do Montante da Dívida Pública Regional".

Está à discussão este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para fazer a sua apresentação.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgamos que não haverá muito a acrescentar ao conteúdo desta Proposta de Resolução, já que estamos apenas a tratar do fundamento da sua urgência e dispensa de exame em Comissão.

Quanto à segunda, é óbvio porque ele destina-se apenas e tão só a remeter um trabalho, a uma averiguação para essa mesma posição.

Quanto à urgência, parece-nos evidente e permitam-me avançar que o facto de durante os trabalhos da discussão do programa do Governo já ter sido anunciado nesta Casa o montante actualizado à data da entrada de posse do actual Governo do montante da dívida pública directa, informação relativa à dívida garantida e um valor global para a dívida das empresas públicas regionais, como é evidente, não anula o conjunto dos itens aqui referenciados que envolvem outros indicadores. Inclusivamente, uma previsão que nos parece indispensável para uma boa avaliação do serviço da dívida e dos encargos da Região para os próximos anos, sem querer entrar na apreciação do próprio conteúdo em si, antecipo este argumento para a eventualidade de alguém poder pensar que os dados já aqui tratados preencheriam o objectivo e o âmbito que se visa com esta Proposta de Resolução.

Parece-nos óbvio que se trata de uma resolução urgente e que deve dispensar o exame em comissão.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que respeita ao Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, o Partido Socialista considera não ter nada a opor do ponto de vista regimental.

No que respeita ao conteúdo da mesma, penso que já foram dados alguns passos no esclarecimento de alguma rubrica da dívida pública directa. Na altura, fiz um comentário em relação às declarações da Sra. Secretária, ou seja, que haveria alguns pormenores a esclarecer no que respeita ao montante de dívida. No que respeita ao restante conteúdo da moção, também nada temos a opor. Consideramos desejável que

este apuramento se faça em sede de Comissão de Economia e Finanças tendo em vista o fortalecimento do diálogo entre o Governo e esta Assembleia.

Pensamos que isto poderá ser mais uma confirmação do declarado espírito de diálogo da parte do Sr. Presidente do Governo e da parte da Sr.<sup>a</sup> Secretária das Finanças e Planeamento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Proposta de Resolução apresentada pelo Partido Popular, irá também ser votada favoravelmente pela bancada do Partido Social Democrata.

A fundamentação é muito simples, isto é, nós não temos dúvidas nenhuma em que esta Assembleia tenha, como deve ter, direito a saber o que se passa exactamente sobre o montante da dívida regional.

Queria apenas salientar que sempre que foram solicitados ao Governo e os que lhe antecederam, elementos, eles foram fornecidos. Basta ler alguns diários das Sessões, em que, efectivamente, há muito pouco tempo, aparecem lá transcritas as declarações do antigo Secretário das Finanças e está lá o que ele disse sobre o protocolo financeiro etc... .

Compreendo agora que o Partido Popular queira ir mais além. Acho muito bem e todos nós também queremos saber.

Poderá haver alguma dificuldade, penso que não haverá, porque o Partido Popular pede-nos aqui alguma coisa que poderá ser mais complexo. Quando fala "nalgumas estimativas", como vê essas provisões para um período de 10 anos podem ser um bocado complicadas. De qualquer maneira, o que eu asseguro ao Sr. Deputado é que esta Comissão irá fazer todo o trabalho que puder e estiver ao seu alcance, mesmo nesta matéria que é um bocadinho mais difícil de apurar.

Em relação ao resto da Proposta de Resolução, há números que têm que aparecer no que diz respeito mesmo à parte das empresas públicas que às vezes têm sido objecto de certa controvérsia e mesmo na parte final, nos pontos 3 e 4 da Proposta de Resolução, esta Comissão terá todo o cuidado em fazer o apuramento - fique o Sr. Deputado ciente disso - e trazer logo que possa os elementos a esta Câmara.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Vamos passar à votação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão desta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** O pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passemos ao ponto 4 da nossa ordem de trabalhos que se refere à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre Dívidas do Governo à Caixa Geral de Depósitos".

Está presente o relatório da Comissão de Economia Finanças e Plano.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Secretária Regional as Finanças, Planeamento e Administração Pública.

**Secretária Regional as Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A dívida à Caixa Geral de Depósitos nunca constituiu uma questão resolvida quanto à determinação de quem deveria assumir o respectivo pagamento, inclusive no seio desta Assembleia Legislativa onde, frequentes vezes, ora foi abordada no sentido de dever ser contabilizada na dívida da Região, ora como uma responsabilidade exclusiva do Estado.

O Governo Regional tudo fez, ao longo dos anos, para que o problema recebesse uma solução não onerosa para o orçamento regional, mas tal não foi possível conseguir inteiramente .

O contencioso foi sustentado, da parte do Governo Regional, com o fundamento de não lhe parecer legítimo nem legal, porque em violação dos princípios da autonomia financeira consagrados no Estatuto e na Constituição, impor despesas ao orçamento regional através de diplomas do Governo da República. Da parte do Governo da República e da Caixa Geral de Depósitos, o contencioso foi mantido com base no direito constituído que, de acordo com os sucessivos regimes de crédito à habitação própria, vinculava a dívida, em primeira linha, à Região Autónoma dos Açores.

É certo que foram produzidos pareceres de credenciados juristas que concluíram pela inconstitucionalidade daqueles diplomas, mas também foram



produzidos outros, apresentados pela Caixa, com conclusões diversas, desfavoráveis às pretensões regionais, embora de valia inferior, segundo a opinião dos juristas.

A problemática jurídica constitui uma vertente importante da questão, mas julgamos pertencer ao bom senso, ainda por cima em política, não sacrificar uma boa negociação ao resultado incerto de uma demanda. Mesmo que houvesse convencimento de que o resultado em tribunal nos seria favorável, os efeitos perversos no mercado financeiro da pendência de um litígio recairiam não no Estado, mas na parte mais fraca, ou seja, na Região, e nesta perspectiva talvez viéssemos a concluir que os efeitos de uma vitória não chegariam para compensar aqueles outros. Julgamos ser de aceitar, srs. deputados, que a questão carecia de um desfecho e que fosse a Caixa a entidade que mais o desejasse e actuasse no sentido de o obter, já que, como instituição de fins lucrativos, sempre encarou o problema por um ângulo a que era alheio o factor político.

O desfecho encontrado foi consubstanciado, como V. Exas têm conhecimento, num protocolo assinado em 30 de Setembro de 1995 entre o Governo da República, o Governo Regional e a Caixa Geral de Depósitos.

Pela leitura desse protocolo, logo se chega à conclusão de que o consenso obtido assentou na assunção por cada um dos intervenientes de uma parte da dívida: consolidação da mesma num montante de 12,280 milhões de contos, contra os 22.726.803 contos calculados pelo grupo de trabalho criado, com a participação de representantes regionais, por iniciativa do Secretário de Estado Adjunto e do Tesouro, para precisamente determinar a dívida; transformação de uma dívida imediatamente exigível, no valor apontado de 22.726.803 contos, numa dívida a pagar a longo prazo, no montante indicado de 12,280 milhões contos, a coberto de um empréstimo obrigacionista, a subscrever integralmente pela Caixa; assunção pelo Estado de 50% dos juros do empréstimo; amortização deste empréstimo ao longo de 15 anos, com três iniciais de carência de reembolso do capital.

A manutenção do contencioso estava a revelar-se, nos últimos tempos, prejudicial aos cidadãos residentes nos Açores, na medida em que a Caixa, perante a omissão do Estado ( diga-se de passagem que o próprio Estado, nunca assumiu para com a Região as responsabilidades financeiras decorrentes da legislação sobre crédito

bonificado à habitação própria), adoptou uma política de pressão, quer criando dificuldades na concessão deste mesmo crédito, quer através de uma pouca elegante ameaça de colocação da Região em tribunal, quer ainda através de outros meios. A este propósito refira-se que órgãos de comunicação social chegaram a transcrever partes da correspondência trocada entre o Governo Regional e a Caixa.

Face à situação sopesaram-se os interesses em presença, e os que prevaleceram, mesmo sobre eventuais razões de ordem jurídica, foram os da colectividade, designadamente os das camadas mais desfavorecidas, aquelas que recorrem ao crédito bonificado.

Acresce outra razão fundamental para subscrever o protocolo, aliás já afluída mas que não queremos deixar de tornar a frisar: os reflexos que a manutenção do contencioso estavam a provocar na imagem de credibilidade da Região no mercado financeiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Julgamos ter conseguido explicar as razões que presidiram à assinatura do protocolo, bem como o mérito de uma solução assente na distribuição das responsabilidades da dívida.

Para que se possa efectivar o acordado, ou seja, para que se possa contrair aquele empréstimo, no montante de 12,280 milhões de contos, torna-se necessário, como se diz no preâmbulo da Proposta de Decreto Legislativo Regional, posta à apreciação desta Assembleia, alterar em igual valor o limite de endividamento para o ano de 1995, consignado na alínea a) do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/95/A, de 31 de Janeiro .

E tal alteração que ponho à consideração dos srs. deputados, na convicção de que a solução contrária, recolocando a situação nos moldes anteriores, só seria prejudicial para os interesses da Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para intervir tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

O Partido Popular subscreve genericamente a análise que a Sra. Secretária acaba de trazer referente aos acontecimentos recentes - o filme recente - que envolve o aparecimento desta proposta à Assembleia.

No entanto, trata-se de um processo que, no nosso ponto de vista, requer uma análise política mínima.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora o Partido Popular não faça parte do filme que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, em nome do Partido Socialista aqui apresentou, parece que só inclui as vedetas, os protagonistas, "a primeira água" e nós estamos remetido como ele nos remeteu ao papel de figurantes, de actores secundários, trata-se de mais uma peça em que, pelos vistos, os grandes actores ficaram de fora.

Foi o Partido Popular, como figurante, que trouxe essa matéria há uns largos anos atrás a este Parlamento e conseguiu que os grandes protagonistas da cena política regional cedessem aos seus princípios e votassem favoravelmente uma modestíssima proposta do Partido Popular, na altura CDS, para que em sede de Comissão especializada, o Parlamento em conjunto com o Governo Regional, tratasse de averiguar a veracidade e fazer um ponto da situação sobre uma alegada dívida da Região Autónoma dos Açores à Caixa Geral de Depósitos, dado que a matéria circulava na imprensa inclusive, mas não tinha tratamento nesta Assembleia, nem constava de um nenhum documento da administração regional.

Na altura, alguns dos presentes lembram-se, num profícuo trabalho entre a Comissão competente e o Secretário Regional, Gualter Furtado, chegou-se à conclusão que efectivamente havia um contencioso. Foi a primeira constatação formal do contencioso e a Região Autónoma, pela voz do Sr. Secretário, considerava que deveria assumir uma parte da dívida alegada pela Caixa Geral de Depósitos. Segundo creio, os valores na altura andavam à volta dos 5 milhões de contos. Eram os valores que constavam nos documentos apresentados pela Caixa Geral de Depósitos à Administração regional.

A partir daí, esta Assembleia foi acompanhando politicamente, com maior ou menor intensidade a evolução dessa situação, apesar dela nunca constar dos documentos oficiais, governamentais, presentes a esta Casa, embora se pudesse compreender por

razões de estratégia. Se havia um contencioso, até se admite que a Região não quisesse assumir em documentos formais qualquer eventual responsabilidade que lhe viesse a ser, posteriormente, assacada.

Seja como for, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos que reconhecer que fase à postura política dos IV e V Governo Regional dos Açores, o desfecho a que se chegou algumas semanas atrás, é uma derrota política - esta Câmara deve fazer análises políticas. A Região sucumbiu à Caixa Geral de Depósitos - primeira conclusão.

A Sra. Secretária já referiu a forma radical utilizada pelo procurador relativamente à Região. A debilidade financeira da Região Autónoma dos Açores conduziu mais facilmente a essa cedência. Compreendíamos que as portas do sistema bancário estavam-se a fechar relativamente à Região Autónoma dos Açores. É óbvio que a primeira reacção do sistema é de solidariedade face a um devedor que não se assume como tal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A circunstância da Região Autónoma dos Açores ter que assumir hoje mais 12,3 milhões de contos à sua situação de dívida em 1995 - à semelhança do que já aconteceu na sequência dos eventos financeiros de 1992 e em 1993, segundo creio, em que fomos obrigados a contrair um investimento extraordinário de 10 milhões a acumular aos 16 milhões inicialmente previstos, este ano também o controlo geral aproxima-se dos 30 milhões de contos - convenhamos que isto veio dar a "machadada final", se me permitem o termo, no tal limite para o endividamento regional.

Não vamos tornar a "bater no ceguinho". Já estamos, infelizmente, todos entendidos sobre a gravidade da situação, mas não podemos deixar de referenciar que estes 12,3 milhões de contos, acrescentam em 13 ou 14% a nossa dívida, o que não deixa de ser significativo e acarretará implicações nos encargos da dívida que, apesar do período de carência, também não são de menosprezar.

Só em amortizações teremos, a partir de 1999, um acréscimo de 1 milhão de contos. Relativamente aos encargos, eles aproximar-se-ão, eventualmente, de 1 milhão de contos por ano, 700 mil ou coisa do género, tendo presente que o Estado assumirá os restantes 50 %.

Permitam-me, Sr. Presidente e ilustres colegas membros da Comissão Parlamentar competente, não levem a mal a minha observação, acho que dentro do espírito de abertura que parece que os Srs. querem trazer a esta Casa nós vamos manter o nosso espírito de abertura, ou seja, os colegas tiveram muito pouco tempo para analisar esta proposta.

Seja como for, acho que era importante em matérias como esta, além de anexar o protocolo a esses restantes elementos, seria útil trazer ao plenário e à consideração de todos os Srs. Deputados, algumas considerações adicionais, ou pelo menos dirigidas, da matéria que aqui vem para que todos, como "reza" o Regimento, tivessem mais informação e, sobretudo, algo trabalhada o que facilitaria a vida dos Srs. Deputados.

Imaginemos que a Comissão não tenha tido tempo disponível para fazer esse trabalho, mas é óbvio que seria desejável.

Por conseguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a posição do Partido Popular julgo que já é de todos esperada e compreensível, lamentamos que a Região Autónoma dos Açores tenha que assumir esta dívida e daí subscrevemos as palavras que a Sra. Secretária referiu.

Politicamente, é óbvio que nós não nos sentimos minimamente responsáveis por isso. Fizemos o papel que nos compete ao longo desta meia dúzia de anos. Estivemos sempre do lado da Região e, infelizmente, a Região não ganhou. Talvez tenha sido a última prenda, como dissemos na altura, o último agradecimento que o Dr. Cavaco Silva fez aos eleitores dos Açores que durante esses longos anos lhe deram maiorias confortáveis. Esta foi a última prenda do PSD e do Dr. Cavaco Silva ao povo do Açores e ao Governo Regional dos Açores.

Nós lamentamos e rejeitamos a prenda. Vamos ter que a pagar, mas não podemos votar a favor das consequências dessa política. Vamos votar contra esta proposta

Por posição política reconhecemos que o grupo parlamentar do PSD, pelo menos na frente da do PS como grande protagonista desta matéria, talvez vai ter que votar a favor, ou não, mas isso não é problema nosso.

Reconhecemos que ela vai ter que ser aprovada, mas não será com o nosso voto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> Secretária:

Eu começaria por citar palavras do Sr. Presidente do Governo há pouco ouvidas nesta Câmara: "No domínio das Finanças Regionais, não ficou demonstrado - no debate do programa do Governo - que no passado as questões não foram correctamente tratadas".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Esta é a primeira peça das muitas que, eventualmente, irão surgir aqui, que demonstram cabalmente que, no passado, questões de finanças regionais não foram correctamente tratadas e levam a assumir custos que são, meramente, custos financeiros, são custos financeiros e custos de credibilidade.

Os custos financeiros já a Sra. Secretária, exhaustivamente, os levantou. São os custos que têm a ver com a assunção de um novo empréstimo extraordinário, que é o segundo nesta legislatura, são os custos financeiros de mais encargos no orçamento regional, neste caso estamos a falar não só dos custos de juros da dívida e 50% dos custos a pagar dos subsídios que a Região terá que assumir, posteriormente na amortização. Quando isto estiver em "velocidade de cruzeiro" são à volta de mais de 2 milhões de contos por ano de encargos financeiros que nós estamos a assumir.

Por outro lado, também é importante dizer que não é só financeiramente que a Região perdeu por erros do passado. Perdeu também em credibilidade financeira e a Sra. Secretária disse-o e relatou-o aqui muito bem.

Conduziu-se esta Região para um beco sem saída do qual tivemos que ceder, mas cedeu-se só quando o braço de ferro foi demasiado forte para a Região suportar e penso que se cedeu com alguns custos para o futuro.

Nós sabemos que a memória do sistema financeiro é uma memória longa e não se vão esquecer do que se passou na negociação de futuras dívidas e empréstimos. Provavelmente, teremos que pagar no que respeita a uma taxa de risco mais elevada e nós sabemos no sistema financeiro o que os bancos normalmente cobrem.

Dito isto, também é importante dizer que da nossa parte consideramos, embora tarde, que foi dado um passo positivo, ou seja, assumiu-se uma dívida que o oculta. Essa dívida oculta vai custar, mas pensamos que já era tempo de a assumir. A dívida

oculta era de 22,7 milhões, as negociações conduziram a 12,3 milhões - não vamos discutir aqui se se poderia ter feito melhor ou pior, não é esse o assunto.

Provavelmente, também houve aqui alguns ganhos nas negociações no que respeita à taxa de juro utilizada e torna-se útil reconhecer isso, mas também aqui o PS não se enganou muito no passado. Eu lembro-me perfeitamente na campanha eleitoral de 92, ter levantado essa questão e para apontar para montantes muito próximos do que estão aqui. Mais uma vez se comprova a veracidade das nossas afirmações.

Para além disso, teremos e devemos manter a posição que sempre tivemos nesta Casa e que foi muito clara, ou seja, os açorianos não podem ser prejudicados por erros que outros cometeram, nomeadamente, pelos anteriores Governos Regionais.

Os açorianos merecem ser tratados em pé de igualdade com o conjunto dos portugueses, merecem beneficiar dos apoios à habitação. Por isso nós iremos votar, em consciência, favoravelmente esta proposta, porque pensamos que não é útil para a Região manter esta dívida oculta.

A nossa apreciação política continua a ser a de que há quem cometeu erros no passado, mas pensamos que os açorianos não devem pagar por esses erros. Politicamente, quem deve pagar por esses erros foi quem os cometeu.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Sra. Secretária das Finanças já fez uma exposição exaustiva e fundamentada sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional e fez alguma descrição sobre o historial desta dívida.

Penso que parte do historial desta dívida já foi várias vezes levantado ao longo dos tempos nesta Assembleia, pelo que me custa um bocadinho a crer a forma espantada com que alguns Srs. Deputados se mostraram. Parece que ouviram falar nisto pela primeira vez, o que não é verdade.

Quanto ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, dir-lhe-ia que, como o Sr. Deputado reconheceu, a Comissão teve pouquíssimo tempo para ver isto e como vê juntámos os elementos que tínhamos e que eram os necessários para podermos ver que realmente tinha havido um grupo de trabalho que fez estes apuramentos.

Juntou-se também o protocolo para que os Srs. Deputados tomassem conhecimento das várias cláusulas do mesmo e até toda a ficha técnica que já se reporta à emissão das obrigações com os respectivos encargos. Mais elementos nós não podemos apurar na altura. Como o Sr. Deputado vê, não nos foi possível recolher mais elementos, mas penso que esses nos darão uma ideia.

Outra coisa diferente é discutir números, ou seja, saber se deviam ser estes 12,3 milhões de contos ou deveria ser mais, ou menos.

Eu concordo que a situação se terá arrastado demasiado tempo, por princípio posso concordar isso. Mas também concordo que, toda a parte jurídica que estava por detrás de tudo isto, era extremamente complexa. Se por um lado há obrigações do Estado para com os cidadãos, residam eles em território continental ou em regiões insulares, porque os direitos e as obrigações do Estado são exactamente iguais, a verdade é que na realidade também havia encargos que eram próprios da Região Autónoma e um dos fundamentos da autonomia é nós termos nesta matéria alguma coisa a dizer.

É bom não esquecer também que uma parte deste montante da dívida não surgiu só do regime de bonificação do crédito à habitação normal, mas resultou também do que teve que se fazer aquando do sismo de 1 de Outubro de 1980 e quanto a mim muito bem, isto é, atacar automaticamente aquela situação.

O Governo Regional não podia ficar parado perante uma situação dessas que afectou algumas ilhas, nomeadamente a Ilha Terceira. Tudo isso teve custos bastante elevados e esses custos têm que ser compreendidos por todos nós, quer tivéssemos sido afectados ou não. Amanhã podemos ser nós, pode ser outra ilha.

Estes custos não foram tão baratos quanto estes. Se os Srs. Deputados tiverem o cuidado de ler o que está aí, possivelmente alguns não leram, distinguem muito bem de onde é que vem um montante e de onde é que vem o outro.

Foi ou seria possível negocia melhor? Não sei! É difícil saber neste momento.

A Sr.<sup>a</sup> Secretária deu algumas razões que nos levam a pensar que a negociação terá sido a negociação possível face às circunstâncias. Não sei se os Srs. Deputados têm o conhecimento de alguns pareceres fundamentados de alguns juris-consultes como a Sr.<sup>a</sup> Secretária disse que apontavam nalguns casos para que a Região Autónoma não tivesse que responder pela dívida, mas parece que há outros pareceres contrários. Os



pareceres são sempre assim, alguns concluem por um lado, outros concluem por outro lado completamente diferente. É muito difícil saber numa situação destas.

Se encararmos a coisa com todo o realismo e agora deixarmos a parte do debate jurídico por um lado, uma coisa é certa, a dívida existe, alguém tem que a pagar. Se alguém tem que a pagar é quem a assumiu na altura, ou seja, o Governo Regional. Aqui não há que fugir, é claro como água. O Governo Regional tinha que assumir uma dívida que se reportava à Região.

Parece-me que esta poderia não ser a melhor solução e negociação, mas também lhes digo com toda a franqueza que era muito difícil perante estas circunstâncias negociar melhor.

Se reparem bem, mesmo o próprio empréstimo obrigacionista é todo ele assumido pela própria Caixa Geral de Depósitos e como eu costumo dizer - ele é para ser pago em 15 anos, como uma parte dos encargos é paga pelo próprio Estado, metade do que diz respeito aos encargos de juros - durante 15 anos "muita água irá correr por baixo das pontes". Isto não significa que em qualquer outra altura não possa a vir ter outra reformulação. Espero que sim. Neste momento parece-me que de todos os males era a única situação.

Quanto à urgência disto, parece-me que nenhum dos Srs. Deputados terá a mínima observação a levantar, uma vez que a própria lei do Orçamento de Estado para 95, já previa no artigo 77.º, como se diz na fundamentação jurídica do parecer da Comissão, esta situação.

Isto significa que toda a Região Autónoma tem toda a urgência em pôr este esquema a funcionar para que, rapidamente, se dê cumprimento aos prazos que estão aí previstos.

Nessa medida, a bancada do Partido Social Democrata irá votar favoravelmente.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

**Secretária Regional do Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria fazer um esclarecimento a uma afirmação do Sr. Deputado Fernando Lopes, porque às vezes o primeiro número é o que fica e é bom que fiquemos todos com o mesmo número.

O Sr. referiu que quando este empréstimo atingisse a velocidade de cruzeiro, chegaria a trazer à Região um encargo financeiro de 2 milhões de contos por ano. Eu queria precisar este número.

Não há velocidades de cruzeiro.

Aqui o empréstimo tem uma carência de 3 anos, mas paga de encargos financeiros a mesma coisa desde o primeiro ano. Estamos a falar de encargos financeiros, ou seja, a taxa Lisbor a 6 meses + 0,6.25. É isso que paga ao longo dos meses, coisa que para o orçamento de 96 está estimada em 700 mil contos.

Com os critérios de convergência isto tenderá a reduzir e não aumentar.

Portanto, os encargos financeiros serão de 700 mil contos, aproximadamente, a partir de 1996, com tendência a reduzir, como se espera, quer em termos de inflação, quer em termos de critérios de convergência que o nosso País tem que cumprir.

Quanto ao serviço da dívida que é um conceito diferente, ou seja, o somatório dos encargos financeiros com as amortizações, então a partir de 1999, três anos depois, haverá que adicionar a estes 700 mil contos previstos neste momento, 1 milhão de contos, como disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que é 1/12 do empréstimo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A matéria que nos traz hoje aqui, como referiu o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, já por várias vezes foi trazida a esta Assembleia pelos deputados e foi inclusivamente negada por alguns secretários regionais.

Em nosso entender, pensamos que essa postura em nada terá beneficiado a Região e se tivesse havido mais cedo o esforço que nos últimos tempos houve, no sentido da resolução do problema, talvez a situação hoje pudesse ser mais benéfica para a Região do que, efectivamente, ela é.

Por outro lado, pensamos que uma das causas que terá levado a Região a ter procurado assumir esta dívida reside nas exigências e numa certa dureza, que entendemos ser criticável, por parte de entidades ligadas à própria dívida, como aliás a Sr.<sup>a</sup> Secretária Regional no início da sua intervenção referiu.

Pensamos que esta matéria poderia ter sido aprofundada de maneira diferente, se os membros da Comissão de Economia, Finanças e Plano tivessem querido aprofundar a matéria.

Apesar de compreendermos a rapidez que foi necessário implementar para que esta matéria tivesse relatório, de qualquer modo, dá-nos a impressão que poderia ter havido um maior esforço, no sentido de se dar melhor cumprimento àquilo que estatui o artigo 140.º do nosso Regimento, isto é, o dever das Comissões procurarem habilitar o plenário, em profundidade, com todos os elementos respeitantes à matéria em questão. Em nosso entender, o relatório que nos apresentam, é parte do aprofundamento desta matéria.

Em relação a uma posição que temos o dever e o direito de emitir sobre a questão, entendemos por um lado a Região tem o dever de assumir as suas responsabilidades e não temos dúvidas nenhuma em afirmar que, efectivamente, é importante para a Região assumir as suas responsabilidades e resolver esta situação. Por outro lado, não podemos concordar com o modo como a Região assume as suas responsabilidades e no tempo em que a Região as assume.

Em nossa opinião, a situação deveria ter sido tratada muito antes e de maneira que poderia ter sido mais benéfica para a Região.

Por isso mesmo, a nossa posição perante esta matéria, será de abstenção.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> Secretária Regional:

A minha intervenção final é para fazer mais alguns esclarecimentos.

Eu disse há pouco que quando se "entrasse em velocidade de cruzeiro", o termo não é tecnicamente preciso e irei por isso clarificá-lo aqui.

Eu estava a dizer que está previsto neste protocolo que a Região só pensa amortizar passados três anos e que os encargos de amortização serão à volta de 1,2 milhão de

contos por ano, porque o prazo do empréstimo é de 10 anos. Pelo menos é o que está aqui escrito na ficha técnica "o prazo do empréstimo é de 10 anos".

Independentemente disso, para além da amortização teremos que pagar juros, que a Sr.<sup>a</sup> Secretária já afirmou, que são de 700 mil contos por ano.

Para além disso, na cláusula 2.<sup>a</sup> vem previsto que a Região vai assumir as bonificações e os subsídios respeitantes à concessão de crédito bonificado à habitação, ou seja, os encargos financeiros para a Região, segundo esta estimativa, serão no orçamento de 96 de 1,2 milhões de contos e subirão após decorrerem 3 anos para 2,2 milhões de contos sujeitos evidentemente se somarmos tudo isto, à evolução da taxa de juro que é uma taxa de juro variável, a taxa Lisbor.

Era preciso precisar.

É evidente que as estimativas têm a sua margem de variação, tendo em atenção a evolução a taxa de juro, mas estes são só encargos previsíveis a orçamentar futuramente pela Região.

**Presidente:** Acabada a discussão na generalidade, vamos passar à votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/95 foi aprovada, na generalidade, com 24 votos a favor do PSD, 15 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, 1 voto contra do PP e 1 voto de abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos agora à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vou pôr à votação o artigo 1.º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1.º, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 1.º foi aprovado com 24 votos a favor do PSD, 15 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 voto de abstenção do PP e 1 voto de abstenção do PCP.

**Presidente:** Está aberta a discussão do artigo 2.º.

Não intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 2.º foi aprovado com 25 votos a favor do PSD, 15 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 voto de abstenção do PP e 1 voto de abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao artigo 3.º. Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 3.º foi aprovado com 25 votos a favor do PSD, 15 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 voto de abstenção do PP e 1 voto de abstenção do PCP.

**Presidente:** Passemos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/95, foi aprovada, na globalidade, com 25 votos a favor do PSD, 15 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente, registando 1 voto contra do PP e 1 voto de abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria pedir, ao abrigo do Regimento, a suspensão dos nossos trabalhos por 15 minutos.

**Presidente:** Estão suspensos os nossos trabalhos por 15 minutos.

*Eram 19.30 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 19.45 horas.*

**Presidente:** Vamos passar ao ponto n.º 5 da Ordem do Dia que se refere à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Novo Regime do Conselho Regional de Concertação Social".

Está presente o relatório da Comissão da Juventude e Assuntos Sociais, bem como uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista relativamente ao artigo 3.º.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

**Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia**

*(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional surge na sequência do que estava delineado no programa do V Governo, em termos de se poder reforçar a concertação social na Região, mercê de toda a experiência decorrida ao longo de 7 anos no seu funcionamento e, como tal, satisfazer a pretensão por parte de novos intervenientes nesta matéria o que também se vem enquadrar na proposta do Governo.

Neste sentido, foi preparado um projecto que no seio do próprio Conselho Regional de Concertação Social foi objecto de larga discussão com um conjunto de alterações significativas.

Em devido tempo, essa proposta foi aprovada pelo próprio Governo e enviada à Assembleia Legislativa Regional dos Açores e aqui está presente para discussão.

Ressalta dessas alterações em relação ao anterior concelho, a criação de uma Comissão Permanente de Concertação funcionar no seu seio, chamada de novos intervenientes, uma comissão coordenadora que terá as competências da anterior comissão executiva e as respectivas comissões especializadas que também de alguma forma já existiam no anterior concelho.

A proposta está aqui para apreciação e respectiva discussão e pensamos que ela virá, de alguma forma, tornar o diálogo social, aprofundá-lo mais e torná-lo mais forte, mais positivo para contribuir para que a política do Governo Regional, em termos de toda a matéria que é abrangida por esta proposta de diploma, possa ser uma política mais consentânea com as nossas realidades e ainda com as realidades do futuro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diálogo, a consulta, a concertação, são comportamentos fundamentais das sociedades modernas, vivências próprias dos países que têm como base dos seus regimes políticos a democracia participativa.

A Região Autónoma dos Açores inserida no Portugal Democrático, fruto do 25 de Abril de 1974, tem que logicamente apetrechar-se com os meios indispensáveis à participação generalizada e organizada dos açorianos através de diversas entidades, representando os múltiplos interesses desde os económicos, profissionais, sociais aos ambientais.

Com o Decreto Legislativo Regional n.º 28/88/A, de 23 de Julho, criou-se o primeiro órgão com vista a "fomentar o diálogo e a concertação entre o Governo, os trabalhadores e os empregadores nos domínios da política económica, das questões do trabalho e emprego e da promoção da negociação colectiva".

Decorridos 7 anos, tendo em atenção os conhecimentos adquiridos e considerando a evolução verificada na organização dos açorianos a diversos níveis da sociedade,

torna-se necessário reestruturar o Conselho Regional de Concertação Social, alargando-o a outras entidades e atribuindo-lhe novas funções.

O PS considera que o Governo Regional não foi tão inovador quanto se esperava, quer na composição quer nas competências, pelo que, na especialidade, se apresentarão as propostas de alteração que em nosso entender, são justas e correctas na fase em que nos encontramos no processo de diálogo e concertação que agora o VI Governo se diz defensor incondicional.

Se o VI Governo Regional pretende um efectivo diálogo, se quer a participação do maior número possível dos intervenientes na sociedade açoriana, se defende a concertação como meio privilegiado da governação, então tem de estar aberto e aceitar a introdução de melhorias no diploma que fomentarão uma maior intervenção e empenhamento dos diferentes parceiros e contribuirão, indubitavelmente, para um maior consenso entre todos os açorianos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Botelho.

**Deputado Gonçalo Botelho (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Conselho Regional de Concertação Social, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/88/A, de 23 de Julho, é um órgão com atribuições ao fomento do diálogo e da concertação, entre o Governo, os trabalhadores e o empregadores, nos domínios da política sócio-económica, nas áreas do trabalho e do emprego e da negociação colectiva.

Passados 7 anos de actividade deste órgão, entendeu o Governo apresentar nesta Câmara a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/95 - "Novo Regime do Conselho Regional de Concertação Social" - que reforma a sua composição, com o objectivo de reforçar a concertação social na Região, alargando o Conselho Regional de Concertação Social, a outras entidades, para além das que já participavam.

Com este alargamento, o novo Conselho Regional de Concertação Social, passará a ser um órgão de consulta e concertação nas áreas das políticas económica, social e ambiental.



O novo diploma prevê também a existência no seio deste órgão de uma Comissão Permanente de Concertação Social, incumbida de exercer com independência, o acervo essencial das funções antes cometidas ao C.R.C.S..

No seio da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, o diploma em apreço, recebeu algumas alterações que em nossa opinião vieram melhorar, significativamente, a participação dos diversos intervenientes e o seu funcionamento.

Assim o Grupo Parlamentar do PSD, irá votar favoravelmente a Proposta de D.L.R. em discussão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Entendeu o Governo Regional apresentar algumas alterações em relação ao Decreto Legislativo que instituiu o Conselho Regional de Concertação Social.

Em nosso entender, este órgão passa a ter uma abrangência que nos apraz registar. Além das confederações sindicais, CGTP e da União Geral de Trabalhadores que já faziam parte do anterior, assim como representantes da Câmara do Comércio e Indústria e do sector agrícola, aparecem na nova proposta o sector cooperativo, representantes das autarquias locais, representantes das Associações de Defesa do Consumidor, representantes das Associações que se dedicam à Defesa do Ambiente, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Universidades, etc..

Entendemos que desta maneira é possível o Governo ter um órgão de consulta capaz de levar até aos órgãos governamentais o sentir de um leque mais amplo da nossa sociedade civil.

Entendeu também o Governo que não iria instituir um Concelho Económico e Social, mas um Conselho de Concertação Social. Na nossa opinião, esta diferença, pelo próprio andar de todo este processo é importante. É um critério que foi utilizado, da nossa parte, não vamos adjectivar, nós respeitamos e como continuidade do processo que vinha anteriormente, consideramos que é positivo.

Por isso mesmo, nós vamos dar o nosso voto favorável a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, na generalidade, vamos proceder à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, uma vez atingida a hora regimental, vamos suspender os nossos trabalhos por hoje e recomeçaríamos amanhã pelas 10.00 horas.

*(Pausa)*

**Presidente:** Alguns Srs. Deputados sugerem que avancemos até terminarmos este diploma.

*(Pausa)*

Em ponho à consideração das Representações Parlamentares e dos líderes dos Grupos Parlamentares.

Estando todos de acordo, vamos avançar para a especialidade.

O Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração e a Comissão também apresentou propostas para alguns artigos.

Vamos começar por discutir e votar as propostas de alteração sugeridas e depois votaríamos globalmente, para não estarmos a votar artigo a artigo, os artigos que não têm proposta de alteração.

Assim, o Partido Socialista tem uma proposta de alteração para o artigo 3.º, ou seja:

"N.º 1

a) Um Presidente eleito pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

b) Seis representantes do Governo Regional".

Eu vou pôr à discussão, simultaneamente, as duas questões porque elas têm um pouco a ver uma com a outra.

Está aberta a discussão do artigo 3.º na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa proposta fundamenta-se no seguinte:

Entendemos que a eleição do Presidente do Conselho Regional de Concertação Social por esta Assembleia, devia dar, naturalmente, maior dignidade e seja-nos permitido dizer, maior independência a este órgão.

Na nossa opinião, ele terá que ter uma responsabilidade e uma acção na Região que, para ser cumprida e exercida na sua plenitude, mereceria, na nossa opinião, passar a eleição do seu presidente por esta Casa.

À semelhança do que se faz para o Conselho Económico e Social, cuja eleição do Presidente é feita pela Assembleia da República, pensamos que aqui deveríamos dar a mesma dignidade a este órgão.

Esta é uma questão que nos parece correcta, tanto mais que ao elegermos um presidente, naturalmente que não dizemos que é o Presidente do Governo Regional tal como a proposta vem do Governo, porque ao pretender-se a abertura à sociedade civil, pensamos que é correcto exigir-se responsabilidades dessa sociedade.

Assim, se o presidente foi eleito por esta Casa e não tiver que ser obrigatoriamente o Presidente do Governo Regional, porque esse já preside à Comissão da Concertação Social, já preside a um órgão tripartido (seis membros do governo, seis das entidades patronais e seis das entidades sindicais) aí sim, pensamos que é correcto que seja o Presidente do Governo Regional.

No que diz respeito ao órgão do Conselho Regional de Concertação Social, deveria ter um Presidente a ser eleito por esta Assembleia.

Para a alínea b), nós pensamos que, em vez de ser a redacção que é proposta pelo Governo, ou seja, a presença de todos os secretários regionais neste órgão, deveriam estar seis representantes do Governo Regional.

Porquê seis? Porque é, exactamente o mesmo número que vem da parte das entidades empregadoras e trabalhadoras, à semelhança do que acontece no Conselho Económico e Social, onde o Governo está presente pelo mesmo número das entidades empregadoras e sindicais e, inclusivamente, das autarquias locais. Parece-nos que é correcto, dignificava o órgão e dava-lhe maior independência.

Por outro lado, não teriam de ser secretários - e vamos imaginar uma situação em que está em discussão no Conselho uma matéria onde (isto sem tirar nenhuma competência aos Srs. Secretários (seria preferível a presença de um director regional, "mais especialista tecnicamente na matéria", ou mais habilitado para fornecer os melhores elementos ao Conselho - pensamos que o Governo teria sempre a oportunidade de ter seis representantes que não teriam que ser obrigatoriamente os secretários regionais, poderiam ser conforme a ordem de trabalhos, quem o Governo entendesse, quem melhor o poderia representar nessa reunião.

Estas são as razões pelas quais o PS entende que se devia desgovernamentalizar este órgão o máximo possível ao Conselho, mantendo-se a Comissão de Concertação essa sim, perfeitamente, tripartida.

O Grupo Parlamentar do PS também subscreve a redacção da Comissão com a excepção do artigo 3.º, naturalmente.

**Presidente:** Continua à discussão na especialidade este artigo 3.º.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

**Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia** (*Gaspar da Silva*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Surgiu uma proposta de alteração ao artigo 3.º consubstanciada a dois aspectos principais: um a que se refere a eleição do Presidente do Conselho e o outro à presença dos membros do Governo, neste caso, com uma proposta para seis em relação à proposta inicial.

Gostaria de esclarecer esta Câmara que ao Governo não lhe parece que, pelo facto de o futuro presidente do Conselho Regional de Concertação Social poder ser eleito por esta Câmara, isso possa de algum modo dar mais ou menos dignidade, ou independência. O Conselho ao longo de 7 anos funcionou, quer em reuniões plenárias, quer em reuniões da Comissão Executiva, quer em reuniões das Comissões Especializadas, cerca de 70 vezes com mais de 120 horas de trabalho, em que de alguma forma todos os representantes neste órgão deram o melhor de si próprios para o dignificar. Pelo menos até agora nunca houve por parte de nenhum desses

representantes, algo que evidenciasse um ou outro aspecto, uma ou outra dúvida, pelo facto do mesmo ser presidido pelo Sr. Presidente do Governo Regional.

Com todo o respeito que nos merece a Assembleia Legislativa Regional, não nos parece que seja por isso que o órgão possa vir a ter, conforme foi apresentado como fundamento para esta proposta, mais dignidade e independência.

No que se refere à independência, se nós formos a ver nesta proposta, o peso do Governo diminui em termos comparativos com o Decreto Legislativo Regional que criou o ainda e actual Conselho Regional de Concertação Social.

O Governo, no projecto que ainda está em vigor, tem uma presença de seis elementos, nesta proposta é para 8. Há que ver que no actual conselho, o total de elementos que fazem parte do mesmo são 18; nesta nova proposta o total de elementos é de 29, o que quer dizer que o Governo no projecto anterior e que ainda está em vigor, tem um peso na ordem dos 33.3 %; no novo passa a ter um peso equivalente somente a 27,5%.

Com isto, quer-nos parecer que o Conselho, e dadas as prerrogativas de todos os membros, tem que fazer prevalecer os seus direitos de opinião, propostas e o direito de iniciativa. Não nos parece que seja por isso que o órgão poderá ter mais ou menos independência.

Em relação à comparação que é feita com o CES - Conselho Económico e Social - a nível nacional, a mesma personalidade que preside ao mesmo é uma personalidade eleita pela Assembleia da República. Por aí não podemos estabelecer termos comparativos, porquanto, esta matéria está consagrada inclusivamente no próprio texto constitucional.

Além disso, a própria Constituição refere o papel e a importância deste órgão como um órgão de consulta e concertação social, tendo em conta os vários aspectos relacionados com todo o processo sócio-económico do País e como tal ele começa a ter logo um aspecto de consagração inicial que é o próprio texto constitucional que o faz.

Em relação à presença de todos os membros do Governo, que é a proposta do Governo contraposta com a proposta do Partido Socialista, pela experiência também adquirida ao longo destes anos, quer-nos parecer que é de todo conveniente

encontrar-se consagrada a presença de todos os membros do Governo no futuro Conselho Regional de Concertação Social, porque muitas e muitas vezes - foi a experiência de 7 anos que o disse - algumas matérias de determinada área que diziam respeito a uma área de um secretário regional, de um membro do governo e este, por acaso, não tinha assento no Conselho Regional de Concertação Social, não era debatida com a profundidade que seria desejada por todas as partes.

Por estas razões, quer na que se refere ao Presidente do Conselho vir a ser eleito pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, quer pelo peso de representantes do Governo e por aquilo que a experiência tem-nos dito ao longo dos anos, foi apresentada pelo Governo e assumida pela Comissão esta proposta, exceptuando agora com a proposta de alteração aqui apresentada pelo Partido Socialista, e parece-nos que será muito mais vantajosa e mais eficiente para o desejável funcionamento do Conselho Regional de Concertação Social no futuro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma e toda esta matéria, foi amplamente discutida na reunião da Comissão de Juventude e Assuntos e Sociais e na análise desta Proposta de Decreto Legislativo Regional foi possível introduzir alterações que nós reputamos importantes.

Em relação à proposta apresentada pelo Partido Socialista, não houve acordo sobre a matéria e, na nossa opinião, há aspectos que podem ter algum interesse e pode haver algum aliciante no facto do presidente ser eleito por esta Assembleia Legislativa Regional. Isso seria lógico se, de facto, tivéssemos aqui a apresentar ou a legislar sobre um conselho que fosse negociar com o Governo os problemas resultantes da Concertação Social Nacional, mas não é esse o caso.

O Governo Regional, é o que se propõe no artigo 1.º para este órgão, propõe um órgão de consulta. Esse órgão, em nosso entender, é mais lógico que seja presidido pelo próprio Presidente do Governo Regional.

Não estamos contra o facto da proposta que inicialmente é apresentada e segundo a qual o Presidente do Governo Regional deve presidir a este órgão. Mas o que está em

causa é um órgão de consulta do próprio Governo Regional e por isso mesmo, em nosso entender, faz sentido que possa ser presidido pelo Presidente do órgão que pede essa consulta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que é importante ser o Presidente deste órgão eleito por esta Casa e não ser, necessariamente, o Sr. Presidente do Governo pela primeira razão que foi dada aqui ao longo do debate que assistimos esta semana. O Governo quer diálogo, quer participação, o Governo está aberto. Como este órgão é para consulta e concertação, logo, diálogo permanente, entendemos que essa poderia ser efectivamente a primeira pedra que o Governo mandaria para o edifício da construção do diálogo, da concertação social.

Inclusivamente, ouvimos os parceiros sociais e tivemos reunião com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e o seu Presidente foi bem claro ao dizer à Comissão que entendia que este órgão deveria ser presidido por um cidadão e não pelo Presidente do Governo.

Igualmente, devo dizer que a CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - em conferência de imprensa em Ponta Delgada por alturas de apresentação desse projecto, também veio a público dizer que no mínimo esperaria que pelo menos pudesse ser rotativa a presidência.

Para se ir de encontro a dois dos parceiros sociais, quer dos representantes empregadores quer dos trabalhadores, pensamos que era correctíssimo para a importância do órgão.

Naturalmente que não podemos falar aqui em consagração da Constituição deste órgão, porque é inevitável, não estamos a falar na Constituição, não estamos na Assembleia da República e nem podemos fazer comparação com esse facto.

Quanto à anterior designação dos seis membros do Governo, pois eram designados aqueles que o Presidente do Governo entendesse designar. Quando propomos seis representantes, significa pelo menos na nossa leitura, que o Governo fará sempre

representar-se por seis pessoas que ele entender para cada uma das reuniões. Não tem que ficar veiculado aos primeiros seis que indicar para a primeira reunião.

Esta é a nossa perspectiva. Este órgão de certeza iria ser mais dignificado e ficaria mais claro para todos os participantes se tivessem uma personalidade que não o presidente do Governo, tornar-se-ia positivo para o diálogo, para a abertura, para a construção da tal sociedade de que ouvimos aqui o Governo e o PSD ao longo de todos estes dias, em que debatemos o programa do Governo.

Aqui está o primeiro passo onde, efectivamente, pode-se demonstrar na prática que a abertura à sociedade está aqui....

*(Aparte inaudível do Deputado José Maria Bairos)*

**O Orador:** Esteja calado!

... e pode vir perfeitamente com a designação de uma entidade com a dignidade e a competência que pudesse ter para o exercício desta função.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

**Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia**

*(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao primeiro aspecto que o Sr. Deputado Francisco de Sousa referiu, o Governo se quer diálogo, pois, efectivamente, uma prova desse diálogo seria o Presidente do Conselho ser eleito por esta Câmara.

Creio que o Sr. Deputado já referiu os aspectos que do seu ponto de vista são mais vantajosos por isso. Creio que também já referi os aspectos que, na perspectiva do Governo, são mais vantajosos pelo facto do Presidente do Conselho continuar a ser o Sr. Presidente do Governo Regional.

Sobre os aspectos do diálogo, manifesto a minha discordância. Penso que não será por esse facto que se poderá demonstrar que se quer menos ou mais diálogo. Quando nós chamamos 8 novos intervenientes ao Conselho Regional de Concertação Social, esta, por si só, é uma prova mais do que evidente que este VI Governo Regional, aliás o V também porque esta proposta veio do seio do V Governo Regional e foi



assumida pelo VI, quer mais diálogo, mais participação e reforçar este diálogo. É por isso que, inclusivamente, chama 8 novos intervenientes ao seio do Conselho, cria no seio deste órgão uma Comissão Permanente de Concertação Social que terá atribuições muito especiais e de acordo com a proposta anterior, o Decreto Legislativo Regional 28/88, fica demonstrado que com maior presença, com novas áreas de atribuições, com mais participantes, se conseguirá este maior diálogo.

Em relação aos seus representantes, poderei complementar que, muitas vezes, certos e determinados temas, têm sido debatidos no seio do Conselho Regional de Concertação Social e, pelo facto de não estarem presentes todos os membros do Governo, este diálogo, esta consulta, debate e auscultação, tem sido prejudicado. Ou seja, as matérias transitam para os plenários seguintes e não são de alguma forma abordadas com a profundidade que merecem pelo facto de não estarem presentes esses membros do Governo.

Resumindo, são estes pontos que eu gostaria de complementar ao que eu referi inicialmente e, com certeza, não acolhem os pontos de vista do Partido Socialista aqui apresentados.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à proposta de alteração presente, a Representação Parlamentar do Partido Popular é da seguinte opinião:

Quanto à alínea a), entendemos que, para além do argumento já aduzido nesta Assembleia de que se trata de órgão consultivo do Governo Regional, é útil ter presente um outro aspecto, ou seja, pretende-se que o próprio Presidente do Governo Regional participe neste órgão.

Se fosse por diante a Proposta do Partido Socialista, julgo que dificilmente se conceberia que o Presidente do Governo Regional participasse neste órgão, sendo ele presidido por uma personalidade apenas eleita por esta Assembleia.

Parece-nos ser uma questão de fundo importante, porque também tem o papel de órgão consultivo embora não seja só.

A Representação Parlamentar do Partido Popular entende que é desejável que o Presidente do Governo participe nessas reuniões e se é desejável que ele participe, ele é que tem que presidir, porque não faz sentido, em nossa opinião, o Presidente do Governo estar no órgão representado por um ilustre cidadão, embora designado por esta Assembleia. Sendo assim, estamos contra a proposta do Partido Socialista.

Quanto à alínea b), "seis representantes do Governo Regional", na nossa sensibilidade, seria uma forma mais flexível de conceber a representação governamental na medida em que possibilitaria a presença dos Secretários Regionais, mas também deixaria a abertura deles se fazerem representar quando assim o entendessem em razão da matéria. Consideramos que a proposta do Partido Socialista traz um elemento que pode facilitar a gestão da participação dos Secretários Regionais nesse órgão, nomeadamente fazendo-se, quando assim o entendessem, representar por alguém. O Partido Popular vai votar a favor da alínea b).

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não sei se o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro estudou este diploma em profundidade, quero crer que o fez, mas se o fez também se devia ter apercebido que no artigo 9.º deste diploma está previsto um órgão que se chama Comissão Permanente de Concertação Social, que é presidida pelo Presidente do Governo Regional e nós não apresentamos nenhuma proposta de alteração a esta matéria. O órgão que faz verdadeiramente concertação social, é presidido pelo Presidente do Governo Regional e sobre isso nós estamos de acordo. A presença do Sr. Presidente do Governo Regional naquilo que é essencial está garantida.

Questão diversa é saber se no meio de representantes dos trabalhadores, dos ecologistas, das diversas organizações, associações agrícolas, etc., etc., se deve ser o Sr. Presidente do Governo Regional a gerir essa gente toda ou se deveria ser uma personalidade independente, indicada pela Assembleia Regional.

São questões completamente diferentes e que convêm destrinçar.

Quanto à questão de nós termos uma proposta de 6 representantes do Governo Regional, contrariamente à proposta aqui apresentada pelo Governo ela parece-me que é muito clara.

Se neste momento o Governo Regional só tem sete elementos, nós estamos na disposição de ceder, em vez de pôr aqui os Membros do Governo Regional, põe-se sete representantes do Governo Regional. Ou seja, permite que os Srs. Secretários estejam todos representados, mas também permite uma coisa muito melhor, ou seja, se por caso não tiverem disponibilidade para estar presentes e se quiserem fazer-se representar pelo Director Regional, também o podem fazer.

Esta é uma proposta que me parece razoável. Não sei porquê esse "finca pé" de querer pôr aqui os membros do Governo e não aceitar representantes do Governo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que todos chegámos à conclusão de que a filosofia base do diploma em discussão, do Conselho Regional de Concertação Social, é sem dúvida que este órgão seja um órgão de consulta do Governo Regional.

Penso que isto está claro e é preciso salientar e sublinhar que esse órgão emite pareceres que não são vinculativos.

Estamos plenamente de acordo no equilíbrio das forças que foram encontradas, nos diversos representantes das entidades empregadoras, dos trabalhadores e do Governo.

Quando se fala em dar dignidade a este órgão só porque a Assembleia pode eleger alguém para presidir a ele, eu não compreenda que logo a seguir os mesmos proponentes venham cá dizer que para se alterar sejam os Membros do Governo. Em nossa opinião, tanto o Governo Regional como a Assembleia têm a mesma dignidade em vertentes diferentes.

O PSD considera que os Srs. Secretários Regionais façam parte desse órgão, nós consideramos também, pegando na deixa do Sr. Deputado Francisco de Sousa em que diz " o VI Governo terá seis secretários, nós continuamos a pensar já no VII Governo será ele de 7 secretários, e como tal achamos correcta a proposta que o Governo nos apresenta.

Além disso, quando se fala num presidente diferente, sem ser o Sr. Presidente do Governo, isto implica, quando se faz comparações com Conselho Económico Social Nacional, a vir ter uma sede, pessoal de apoio, disponibilidade de vários apoios logísticos. Sr. Deputado a filosofia é a mesma.

Aqui como é que fazíamos? Púnhamos um estranho a presidir ou a ser apoiado com a logística de todo o Governo Regional?

É claro que nós não concordamos.

Estamos de acordo que sejam órgãos diferentes, com filosofias e estruturas diferentes. Na Região optamos por esta filosofia.

O Conselho de Concertação Social tem funcionado bem, funciona com a opinião de todos os parceiros sociais que o compõem e de outras entidades e nós vamos continuar a querer simplificar a máquina administrativa. Vamos continuar a lutar para que esse conselho se pronuncie e acompanhe as políticas económicas e sociais da Região, por isso estamos plenamente de acordo com a proposta apresentada pelo Governo.

Na nossa opinião, os ajustamentos que a Comissão apresentou, vêm melhorar significativamente, porque clarifica a participação e o funcionamento e financiamento desse órgão.

Assim, o Partido Social Democrata irá viabilizar esta proposta em discussão, rejeitando a proposta do Partido Socialista pra o artigo 3.º.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções sobre o artigo 3.º, vou pôr à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Vamos votar a alínea a) do n.º1 da proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração para a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, foi rejeitada com 25 votos contra do PSD, 1 voto contra do PP, 15 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Dep. Ind. e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos votar de seguida para alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo da proposta apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração para para alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, foi rejeitada com 25 votos contra do PSD, 15 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PP, 1 voto a favor do Dep. Ind. e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votemos agora o n.º 1 alíneas c), d), e), f) g), h), i), j) e l), n.º 2 e o n.º 3 conforme a versão original.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O n.º 1 alíneas c), d), e), f) g), h), i), j) e l), n.º 2 e o n.º 3, foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao artigo 4.º.

Para este artigo a Comissão apresenta uma proposta para o n.º 3 e n.º 4.

Está aberta a discussão para o artigo 4.º.

Não havendo intervenções vamos votar o n.º 3 e n.º 4 conforme proposta da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** Os n.ºs 3 e 4 do artigo 4.º, foram aprovadas por unanimidade.

**Presidente:** Votemos de seguida o n.º 1 e o n.º 2 do artigo 4.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** Os n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passemos agora ao artigo 14.º, n.º 3, em que a Comissão apresenta uma proposta de alteração.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O n.º 3 do artigo 14.º, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o n.º 1 e o n.º 2 do mesmo artigo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** Os n.ºs 1 e 2 do artigo 14.º, foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao artigo 17.º.

Para este artigo a Comissão apresenta uma alteração para o n.º 2.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O n.º 2 do artigo 17.º, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Votemos agora o n.º 1 do mesmo artigo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O n.º 1 do artigo 17.º, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 19.º, a Comissão propõe alterações para o n.º 1 e n.º 2.

Está aberta a discussão sobre este artigo.

Não havendo intervenções vamos votar .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** Os n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º, foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos proceder à discussão dos artigos 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 15.º, 16.º, 18.º e 20.º.

Para estes artigos não houve qualquer proposta de alteração.

Está aberta a discussão sobre este conjunto de artigos.

Não havendo intervenções vamos votar .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** Os artigos 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 15.º, 16.º, 18.º e 20.º foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na globalidade, por unanimidade.

**Presidente:** A proposta baixa à Comissão para se proceder à redacção final.

**Presidente:** Srs. Deputados, boa noite. Obrigado pela vossa colaboração.

Amanhã recomeçamos os nossos trabalhos pelas 10.00 horas.

*Eram 20.30 horas.*

---

*(Deputados que entraram durante a Sessão - PSD - Gastão Barbosa Pacheco, José Maria Bairos, Victor Evaristo; PS - António Gomes, António Silva Melo, Duarte*

*Pires,. Martins Goulart, Ricardo Barros, Rui Pedro Ávila; **Deput. Indep.** - Manuel António Martins)*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Artur Martins, Fátima Oliveira; **PS** - Carlos César, José Humberto Chaves, Mário Machado).*

---

**A Redactora de 2.<sup>a</sup> Classe:** Maria da Conceição Fraga Branco